



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2014

INTRODUÇÃO

O presente Relatório visa dar cumprimento ao dever de prestação de informação adicional às demonstrações financeiras por parte da Câmara Municipal, tendo em vista proporcionar a melhor análise e interpretação de todos os dados financeiros e económicos que constituem os Documentos de Prestação de Contas relativos à execução do ano económico de 2014.

Para esse efeito, são reproduzidos no presente Relatório alguns dos quadros e gráficos que melhor podem estabelecer o enquadramento dos resultados alcançados com as condicionantes ocorridas durante o ano de 2014, bem como a comparação entre os objetivos pretendidos e os resultados efetivamente atingidos.

Este enquadramento deve, desde logo, considerar algumas circunstâncias concretas e influenciadoras da situação transposta dos documentos de prestação de contas, como sejam:

1. A natureza especial das autarquias locais, a quem é aplicado um sistema específico de normalização contabilística que, na prática, faz articular e convergir dois tipos de contabilidade, a orçamental e a patrimonial, mas que produzem informações financeiras diferenciadas consoante a perspetiva de observação de cada uma delas.
2. O reconhecimento e valorização de ativos fixos, sejam imobilizações corpóreas ou incorpóreas, ou sobretudo os bens do domínio público, não evidencia ainda de forma completamente rigorosa o património real do Município, uma vez que continua em curso o processo de valorização de todos os elementos do ativo.
3. A atividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão mais reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas, sendo que a atividade de investimento do Município nos últimos anos tem sido largamente suportada no acesso aos financiamentos por fundos comunitários, situação que não teve continuidade no ano de 2014 devido à coincidência com o fecho do QREN.
4. Dada a sua natureza integralmente pública e sem carácter lucrativo, o Município não tem por vocação ou finalidade produzir resultados positivos do ponto de vista financeiro, visto que o resultado obtido em cada exercício não deve ser apenas económico, mas deve também incorporar as perspetivas social, cultural, desportiva, do empreendedorismo, do desenvolvimento, do turismo e da afirmação com Município como um todo, sem perder de vista o objetivo de sustentabilidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

As propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 foram preparadas e aprovadas tendo como orientação essencial a concentração da energia do novo executivo em dois eixos. Um, relativo ao diagnóstico e acompanhamento das situações de maior precaridade e carência social, o outro, relativo ao rigor na gestão das finanças municipais, tendo em vista manter estabilidade ao nível dos incentivos financeiros concedidos e do investimento em infraestruturas.

A realização do ano económico do 2014 procurou sempre estar em linha com estas preocupações essenciais, tendo-as sempre presentes em todos os momentos de decisão e planeamento do futuro, embora não descuidando nunca as circunstâncias excecionais que em cada momento são colocadas perante os responsáveis autárquicos.

O presente Relatório, bem como os documentos de prestação de contas que o acompanham, demonstram que tais propósitos foram substancialmente atingidos pela ação levada a cabo pelo Executivo Municipal, sendo de realçar que esta ação tem sido desenvolvida num clima de consenso e concertação permanentes entre a generalidade dos agentes políticos, uma vez que, independentemente das motivações e influências pessoais de cada interveniente, os propósitos serão sempre os que melhor deverão proporcionar o desenvolvimento económico e social do território e a melhoria da qualidade de vida e de bem-estar das nossas populações.



VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Visão

O Município orienta a sua ação no sentido de apostar na qualidade e na gestão do conhecimento, aproveitando e criando oportunidades que permitam desenvolver o Concelho de Oliveira do Hospital, tornando-o mais competitivo e atrativo a nível económico, cultural e social.



Missão

O Município tem como missão garantir o bem-estar da população, através do desenvolvimento integrado e sustentado do território.



Valores

O Município orienta a sua atividade no respeito integral e permanente pelos valores da Isenção, da Transparência, do Rigor, da Qualidade, da Orientação para a Múncipe, da Inovação e da Pró-atividade.



Objetivos Estratégicos

1. Qualidade do Serviço e Impacto na Sociedade:
Desenvolver uma nova cultura organizacional
Melhorar a relação Organização – Múncipe
Incrementar o uso alargado das novas tecnologias
Simplificar e desburocratizar procedimentos
2. Valorização dos Recursos Humanos:
Promover a formação dos trabalhadores
Incrementar a comunicação entre os diversos níveis organizacionais
Implementar novas práticas de gestão de recursos humanos
3. Desenvolvimento Sócio-económico do Concelho:
Implementar e melhorar a rede de infraestruturas
Promover o desenvolvimento turístico
Melhorar o apoio social
Adequar a oferta educativa às necessidades do Município
Promover a cultura, reforçando as tradições locais e envolvendo as populações.



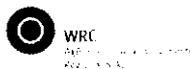
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Seguindo uma estratégia orientada no sentido de tomar posição financeira em entidades cuja atividade ou objeto social tenha interesse estratégico ou funcional para o Município, tendo em vista a melhor prestação dos serviços e utilidades que a Câmara Municipal coloca à disposição das suas comunidades e populações, o Município detinha em 31 de dezembro de 2014 as seguintes participações financeiras:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS					
Rubrica POAAL	Entidade	Capital (R/4)mb/ Fundo Patrimonial (Exercício 2014)	Resultado líquido (Exercício 2014)	Participação social (%)	Saldo final
41131	WRC-Web Região Centro, ADR, SA	690.118,13 €	-14.598,64 €	0,37%	5.000,00 €
41132	Municipia-Emp. Cartograf. Sist. Inf., EM, SA	3.317.510,82 €	36.686,81 €	0,15%	4.985,01 €
41133	Matadouro Regional da Beira Serra, SA	1.080.000,00 €	3.976,67 €	2,22%	24.000,00 €
41134	CoimbraVita - ADR, SA	a)	a)	1,48%	9.980,00 €
41135	Águas do Zêzere e Côa, SA	13.795.468,19 €	1.603.755,58 €	1,73%	459.315,00 €
41136	CESAB - Centro de Serviços do Ambiente	1.024.504,39 €	-15.068,37 €	0,40%	1.500,00 €
41137	BLC3 (Plataforma Des. Reg. Interior Centro)	3.344.473,60 €	159.418,14 €		7.000,00 €
4122	FAM - Fundo de Apoio Municipal	b)			683.812,57 €
a) - informação não disponível b) - subscrição ocorre durante o ano de 2015 e seguintes					1.195.482,58 €



Para além destas, a Câmara Municipal integra ainda a gestão de outras entidades de que foi cofundadora, designadamente a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, a Adeptoliva – Associação para o Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, de Oliveira do Hospital e de Arganil e a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital e integra, na qualidade de associado, a ADXTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto.



No âmbito das entidades intermunicipais e para além da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portuguesas e suas secções, o Município está também integrado na AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e na CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em cujo Conselho Intermunicipal o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ocupa uma das vice-presidências.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GERAL AO ANO ECONÓMICO

O ano de 2014 voltou a evidenciar a continuação de uma situação de abrandamento da economia a nível mundial, com relevância para toda a zona euro em que o crescimento económico foi inferior a 1% e, em particular, para Portugal, cujo PIB também ficou abaixo deste valor.

Embora tendo ocorrido o termo contratual do resgate financeiros firmado com a União Europeia, FMI e BCE, do mesmo termo não resultou necessariamente um abrandamento da contenção financeira imposta aos organismos do Estado, tendo a economia continuado a estar suportada em grande parte nas exportações e, de forma muito incipiente, num ligeiro crescimento do consumo privado.

Em termos de investimento verificou-se um ligeiro crescimento, quer do lado do investimento público, quer essencialmente por parte do investimento privado, mas dos quais não resultam ainda benefícios visíveis para a nossa economia, designadamente ao nível do crescimento do emprego.

Por essa razão, continuam a verificar-se enormes carências na afirmação da capacidade competitiva dos nossos principais agentes económicos, sobretudo ao nível da nossa indústria. É certo que a orientação estratégica do Portugal 2020 para o apoio direto à atividade económica em detrimento do investimento público poderá contribuir para uma melhoria dos indicadores a este nível, mas o efeito visível da mesma só se revelará ao fim de alguns anos.

Daí que o ano de 2014 se tenha revelado ainda como um período de continuidade dos impactos económicos, financeiros e sociais da crise iniciada em 2008, cujo pendor negativo se refletiu na sociedade portuguesa de diversas formas, como sejam a existência de taxas de desemprego bastante elevadas e penosas para a solidez da segurança social, o aumento da emigração e, sobretudo, da emigração de ativos qualificados, a diminuição do número de frequências no ensino superior e a persistência num número elevado de insolvências de empresas.

Na perspetiva social, as consequências são também visíveis sob diversos modos. Desde logo, pela cada vez maior visibilidade dos casos de pobreza, decorrentes do cada vez maior número de população inativa que transita para o período em que já não tem direito aos apoios sociais por desemprego, e decorrentes também da falta de outras alternativas de obtenção de meios de subsistência, como é o caso da agricultura a que a população normalmente recorria noutras épocas de crise. No mesmo sentido se encontram também outras situações de carência social agravada, como sejam as que decorrem do desemprego simultâneo de ambos os membros do agregado familiar, do aumento do desemprego jovem e da forte redução das medidas de compensação e mitigação de carências por parte dos sistemas de previdência social, cujos mecanismos de aplicação excluem cada vez mais utentes do sistema de apoios sociais.

Ao nível local, são aqui genericamente reproduzidos os impactos que se verificam ao nível nacional, mas mesmo neste quadro complexo, a que acresce o efeito de interioridade, Oliveira do Hospital consegue ter um nível de desemprego, precariedade social e pobreza abaixo da média nacional.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

É verdade que o ano de 2014 evidenciou alguns sinais positivos quanto à aproximação de um novo período de crescimento económico e surgimento de novas iniciativas empresariais, designadamente através da enorme procura que tiveram os espaços de localização empresarial disponibilizados pelo Município, mas também nesta matéria não se devem esperar no imediato outros resultados ao nível do crescimento do emprego e da riqueza em geral, salvo em situações muito concretas.

Ao nível interno do próprio município, verifica-se que a sua atividade operacional é também condicionada pela enorme contenção financeira que está subjacente à sua natureza pública, o que se manifesta pela forte diminuição da capacidade de realização de novos investimentos e pela diminuição na arrecadação de receitas próprias. Por outro lado, a mesma natureza pública, enquanto autarquia local, vocacionada para a satisfação dos interesses legítimos e das necessidades básicas das populações, colocam o Município perante a obrigação de continuar a garantir a prestação de serviços públicos essenciais, a manutenção das infraestruturas e equipamentos públicos, bem assim, a encontrar respostas para as inúmeras e diversas situações de privação, seja através da disponibilização direta de bens alimentares, de vestuário e outros, seja ainda através do apoio ao desemprego, com disponibilização de oportunidades de ocupação temporária com recurso às medidas sociais do IEFP ou simplesmente com apoio direto do Município no âmbito do Programa AtivoSociais.

Daí que uma das metas estabelecidas para o ano de 2014, a ação social, tenha tido uma concretização assinalável por parte do executivo em permanência.

Porém, a situação financeira da própria autarquia não é alheia aos enormes constrangimentos que afetam a generalidade das instituições, a qual se reflete na tendência de redução das suas receitas e, naturalmente, das suas despesas. Veja-se, por exemplo, o caso das receitas de capital, que sofreram uma redução de 44,41%, tendo contribuído decisivamente para este valor a redução de 1.060.626,92 € nas transferências de capital, tanto por efeito do corte de 51,5% na participação no Orçamento de Estado – parte FEF Capital, quanto pela situação de estarmos em fim de ciclo da implementação do QREN 2007-2013, do qual se aguardam como recebimentos de fundos apenas os saldos finais dos projetos encerrados.

Em termos globais as receitas decrescem cerca de -12%, por efeito da incorporação do saldo de gerência do ano anterior, sendo que, sem essa incorporação, a redução seria de -17% e, neste caso, o volume global de receitas em 2014 representa o menor dos valores dos últimos 7 anos.

Por tudo isso, os resultados obtidos ao nível das taxas de realização dos documentos previsionais, designadamente PPI's e Orçamento, respetivamente de 38,97% e de 69,86%, não podem deixar de ser um motivo de satisfação para os atuais responsáveis municipais face à conjuntura económica nacional desfavorável com cujo impacto local o Município se vem confrontando desde que se manifestaram os primeiros sinais da crise despoletada em 2008.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos e a proteção dos respetivos direitos no contexto de crise que se atravessa, têm feito parte das prioridades do executivo em permanência ao longo dos últimos anos, procurando sempre proporcionar as melhores formas que, no atual contexto legal e dentro das limitações orçamentais existentes, permitam qualificar, motivar e dirigir os recursos humanos da autarquia em ordem ao bom funcionamento e à melhoria contínua na prestação de serviços às populações e na resposta às solicitações e expectativas dos cidadãos.

Quando o momento continua a não ser propício à motivação dos colaboradores através das recompensas pela via remuneratória, impõe-se-nos a adoção de outros mecanismos que promovam a aproximação dos trabalhadores aos objetivos e às causas que movem todos os responsáveis e agentes ao serviço do desenvolvimento do concelho.

Consolidada que está a implementação da estrutura orgânica da Câmara Municipal aprovada para o anterior mandato autárquico e sem prejuízo da procura de novas soluções em termos de estrutura orgânica para o novo ciclo político que se iniciou em outubro de 2013, de que foi exemplo com carácter experimental a constituição da equipa multidisciplinar do setor de águas e saneamento, mantém-se uma permanente necessidade de ajustamento à estrutura de recursos humanos da autarquia, quer na perspetiva da sua coerência e articulação com as reais necessidades inerentes aos objetivos a concretizar, quer também na perspetiva da contenção às concretas disponibilidades financeiras dos encargos que dela resultam.

O ano de 2014 voltou a registar uma diminuição no número de trabalhadores face ao ano anterior, tal como em relação ao volume global de encargos com pessoal, o que reflete bem a postura de contenção a que esta área tem sido sujeita no contexto das macro-decisões da Câmara Municipal.

Os quadros seguintes revelam precisamente a posição da Câmara Municipal em matéria de recursos humanos no final do ano de 2014, destacando-se desde logo, na comparação com o ano de 2013, a redução do número de trabalhadores, que passou de 215 para 211.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO								
		2012	2013	2014	2015	2016	Outros	TOTAL
Comissão de serviço	M						4,00	4,00
	F							
Contrato por tempo indeterminado	M	3,00	7,00	12,00	77,00	2,00	5,00	106,00
	F	1,00	8,00	25,00	63,00		2,00	99,00
Contrato por termo resolutivo certo	M				2,00			2,00
	F							
Contrato por tempo resolutivo incerto	M							
	F							
Outra	M							
	F							
SEM	M	3,00	7,00	12,00	79,00	2,00	5,00	112,00
	F	1,00	8,00	25,00	63,00		2,00	99,00
TOTAL		4,00	15,00	37,00	142,00	2,00	7,00	211,00

Como se pode ver na contagem segundo a modalidade de vinculação, o total de trabalhadores é agora de 211, menos 4 que em 2013 e menos 15 que em 2012, sendo agora 112 homens e 99 mulheres. É também de salientar que, desde 2009, ano em que a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

contagem total era de 292 trabalhadores, a redução obtida foi já de 81 elementos, pelas mais diversas razões, aposentação, mobilidade externa, cessação de contratos de trabalho em funções públicas a termo.

Mantém-se, face ao ano de 2013, o dado relativo ao número de contratos a termo que é ainda de apenas 3, ou seja, continuando a representar uma diferença de menos 81 em comparação com o número que se verificava em dezembro de 2010, ou de 101 em relação a dezembro de 2009.

Quanto ao total de encargos, o Balanço Social, do qual resultam os dados contidos neste capítulo, apresenta um valor global de 2.768.037,24 €, com uma redução de 105.906,12 € face ao ano de 2013, o que em termos relativos representa quase 4%.

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO DE 2014		VALOR 2013	VALOR 2012	VALOR 2011
Remunerações base	2.006.150,03 €	2.086.184,00 €	2.282.361,96 €	2.432.187,28 €
Suplementos remuneratórios	96.189,04 €	102.732,70 €	117.870,36 €	73.892,39 €
Prémios de desempenho				
Prestações sociais:	238.998,55 €	249.057,01 €	256.582,73 €	294.179,00 €
Abono de família	24.602,68 €			
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	4.374,49 €			
Subsídio de educação especial	1.407,36 €			
Subsídio mensal vitalício				
Subsídio de refeição	205.815,01 €			
Subsídio de funeral				
Subsídio por morte				
Benefícios sociais				
Outras prestações sociais	2.799,01 €			
Outros encargos com pessoal	426.699,62 €	435.969,65 €	606.943,92 €	489.459,93 €
TOTAL DE ENCARGOS	2.768.037,24 €	2.873.943,36 €	3.289.758,97 €	3.289.718,60 €

Numa comparação mais alargada, verificou-se uma diminuição de cerca de 15% em comparação com o ano de 2011, equivalente a mais de 520 mil euros, sendo de referir que estes montantes incluem como pessoal relevante para efeitos de Balanço Social, não apenas aquele com quem se encontra estabelecido um vínculo laboral, mas também os membros dos órgãos autárquicos e membros dos gabinetes de apoio.

A análise dos valores desagregados no mesmo quadro permite desde logo concluir que a redução operada no ano de 2014 é ainda significativa, tendo atingido quase 4%. O maior volume de redução ocorreu na parcela das remunerações base, com cerca de 80.000 €, o qual é consequência direta do decréscimo do número de trabalhadores ao serviço do Município.

As restantes parcelas apresentam também algumas diminuições, designadamente as referentes a trabalho extraordinário e a outros encargos com pessoal, mas com uma expressão relativa muito inferior à referente às remunerações base.

Ainda assim, como medida de estímulo à empregabilidade, ao combate ao desemprego de longa duração e à situação de pobreza e precariedade, devemos realçar que o investimento do Município na integração em programas de ocupação do IEFP, como sejam estágios e contratos emprego-inserção, estes representaram o encargo total que o quadro seguinte reproduz:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

NÍVEL DE ACESSO AOS PROGRAMAS E MEDIDAS DO IEFP - Ano de 2014

Programa/Medida	N.º Pessoas	Encargos totais	Fin. IEFP	Fin. Outros
CEI - Contrato Emprego Inserção	85	82.331,31 €		82.331,31 €
CEI - Contrato Emprego Inserção +	19	48.338,62 €	23.775,50 €	24.563,12 €
CEI - Património	13	54.979,68 €	30.562,02 €	24.417,66 €
Estágios Profissionais / Estágios Emprego / Impulso Jovem	44	262.775,60 €	103.432,15 €	159.343,45 €

Este quadro reflete o nível de acesso do Município, durante o ano de 2014, aos programas e medidas de apoio ao emprego por parte do IEFP, IP, sendo que este acesso representa, por um lado, uma preocupação social por parte da Câmara Municipal relativamente à situação de desemprego que afeta ainda uma larga camada da população ativa, mas também, por outro lado, uma forma de orientar as economias e os ganhos de eficiência obtidos em termos de redução de encargos com recursos humanos para propósitos de cariz social, promovendo o máximo aproveitamento possível das oportunidades de financiamento externo e não reembolsável que os programas e medidas de apoio pelo IEFP podem proporcionar.

Importar destacar a este propósito que, no âmbito dos programas e medidas de apoio por parte do IEFP, foram apoiadas diretamente pela Câmara Municipal 161 famílias, com um encargo total de cerca de 450 mil euros, mas que geraram a entrada direta na economia local de 157.769,67 € financiados pelo IEFP, ou seja, de cerca de 1000 euros por família apoiada. Dessa diferença resulta um encargo líquido para o município de cerca de 290 mil euros no ano de 2014, equivalente a 1.805,35 € / ano / família.

Retomando a análise aos recursos humanos propriamente ditos, apresentam-se em seguida alguns dados relevantes quanto à estrutura com que foi concluído o ano de 2014, sendo o quadro seguinte referente à contagem de trabalhadores por nível de formação, é de realçar a tendência de crescimento no número de trabalhadores com níveis de qualificação mais elevados, designadamente os possuidores de formação académica superior, bem como daqueles de melhoraram as suas qualificações pela via dos percursos de dupla certificação.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

		Primária	Secundária	Secundária Superior	Terciária	Formação Profissional	Outros	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade	M							
	F							
4 anos de escolaridade	M				36,00			36,00
	F			1,00	19,00			20,00
6 anos de escolaridade	M				20,00		1,00	21,00
	F				11,00			11,00
9.º ano ou equivalente	M			1,00	15,00		1,00	17,00
	F			2,00	12,00			14,00
11.º ano	M			1,00	1,00		1,00	3,00
	F			3,00	4,00			7,00
12.º ano ou equivalente	M	1,00		9,00	7,00	1,00	3,00	21,00
	F			15,00	17,00			32,00
Bacharelato	M							
	F							
Licenciatura	M		2,00	6,00	1,00		1,00	13,00
	F		1,00	8,00	4,00		2,00	15,00



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
		Dirigentes Superior	Dirigentes Intermediário	Técnicos Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Mestrado	M			1,00					1,00
	F								
Doutoramento	M								
	F								
Soma	M			1,00					1,00
Soma	F								
TOTAL				1,00					1,00

Quanto à distribuição do número global de trabalhadores ao serviço do Município, por escalão etário, a contagem foi a seguinte:

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO									
		Dirigentes Superior	Dirigentes Intermediário	Técnicos Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 20 anos	M								
	F								
Entre 20 e 24 anos	M								
	F								
Entre 25 e 29 anos	M					1,00			1,00
	F				2,00				2,00
Entre 30 e 34 anos	M				2,00	1,00			3,00
	F			1,00		5,00			6,00
Entre 35 e 39 anos	M			2,00	2,00	4,00	1,00	3,00	12,00
	F			2,00	4,00	10,00			16,00
Entre 40 e 44 anos	M	1,00		3,00	3,00	4,00	1,00		12,00
	F	1,00		1,00	3,00	8,00			13,00
Entre 45 e 49 anos	M					14,00		2,00	16,00
	F			3,00	8,00	10,00		1,00	22,00
Entre 50 e 54 anos	M	1,00			2,00	24,00		2,00	29,00
	F			1,00	4,00	10,00		1,00	16,00
Entre 55 e 59 anos	M	1,00		1,00	3,00	22,00		2,00	29,00
	F				3,00	14,00			17,00
Entre 60 e 64 anos	M			1,00		8,00			9,00
	F				1,00	5,00			6,00
Entre 65 e 69 anos	M					1,00			1,00
	F					1,00			1,00
Com 70 anos ou mais	M								
	F								
Soma	M			1,00	2,00	12,00	2,00	3,00	17,00
Soma	F			1,00	8,00	24,00		2,00	35,00
TOTAL				2,00	10,00	36,00	2,00	5,00	55,00

Quanto aos trabalhadores portadores de deficiência, a respetiva contagem mantém um total de 11 trabalhadores a qual evidencia uma clara opção pela disponibilização de oportunidades de trabalho em regime não precário a trabalhadores portadores de deficiência, que caracteriza esta autarquia em matéria de recursos humanos e que se estende ainda à permanente disponibilidade para a integração de portadores de deficiência em estágios curriculares após obtenção de qualificação, designadamente em áreas de jardinagem, e em projetos apoiados pelo IEFP.

CONTAGEM DE TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes Superior	Dirigentes Intermediário	Técnicos Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Soma	M		1,00		1,00				2,00
Soma	F				1,00				1,00
TOTAL			1,00		2,00				3,00

Para além do cumprimento de uma obrigação legal, a Câmara Municipal mantém um grande empenhamento na oferta de soluções de valorização profissional dos trabalhadores municipais, sendo-lhes frequentemente proporcionadas oportunidades de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

participação em ações de formação em diversas áreas, de acordo com os dados que constam do quadro seguinte:

CONTAGEM DE PARTICIPAÇÕES E HORAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO-CARREIRA									
		Assistentes Superiores	Assistentes Intermediários	Assistentes Subalternos	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Informática	Outros	TOTAL
Internas	Num		1,00			1,00	1,00		3,00
	Hor		7,00			3,00	321,00		331,00
	€								965,55 €
Externas	Num	2,00	1,00	6,00	1,00	5,00			15,00
	Hor	11,00	7,00	42,00	120,00	70,00			250,00
	€								1.335,00 €
Somada a Número de Participações		2,00	2,00	6,00	1,00	6,00			17,00
Somada a Horas Participações		11,00	7,00	42,00	120,00	70,00			250,00
Valor em Euros									1.335,00 €

Esta prática é indispensável à permanente melhoria dos procedimentos técnicos e administrativos e à correta adaptação às constantes mudanças no contexto legal e regulamentar que nos cerca, sendo transversal a todos os níveis funcionais e de responsabilidade, como se pode observar no respetivo quadro.

Quanto às entradas e saídas de trabalhadores, a situação ocorrida no ano de 2014 encontra-se transcrita nos quadros seguintes:

CONTAGEM DE TRABALHADORES ADMITIDOS OU REGRESSADOS POR CARGO-CARREIRA									
		Assistentes Superiores	Assistentes Intermediários	Assistentes Subalternos	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M								
	F								
Outras situações	M		1,00					1,00	2,00
	F				1,00	1,00		1,00	3,00
Somada a Número de Participações			1,00		1,00	1,00		2,00	5,00
Somada a Horas Participações									
TOTAL			1,00		1,00	1,00		2,00	5,00

São apenas relevantes neste quadro as entradas efetivas em Outros, uma vez que as outras entradas não revelaram aumento do número de trabalhadores, sendo que uma resulta de nomeação em comissão de serviço de trabalhador já pertencente ao Mapa de Pessoal e as restantes duas resultam de regressos ao serviço após 6 meses de ausência.

CONTAGEM DE SAÍDAS DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA									
		Assistentes Superiores	Assistentes Intermediários	Assistentes Subalternos	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Informática	Outros	TOTAL
Caducidade	M			1,00					1,00
	F								
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	M								
	F							1,00	1,00
Reforma/Aposentação	M			1,00	2,00				3,00
	F								
Outras situações	M			1,00	1,00	1,00			3,00
	F			1,00		1,00			2,00
Somada a Número de Participações				2,00	3,00	2,00			7,00
Somada a Horas Participações									
TOTAL				3,00	3,00	3,00			9,00

No caso de saídas, num total de 10, houve 1 por caducidade de contrato a termo, 1 por exoneração, 3 por aposentação, 1 por mobilidade, 1 por transição para comissão de serviço, 2 por ausência superior a 6 meses e 1 por licença sem vencimento.

No que respeita aos encargos com horas extraordinárias, a situação ocorrida no ano de 2014 é a seguinte:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

VALORES PAGOS EM HORAS EXTRAORDINÁRIAS							
		VALOR 2010	VALOR 2011	VALOR 2012	VALOR 2013	VALOR 2014	VALOR 2015
Em dias de descanso semanal obrigatório	M	11.668,14 €	11.100,75 €	12.558,50 €	20.771,98 €	34.360,00 €	10.140,93 €
	F	62,37 €	105,45 €		293,40 €		
Em dias de descanso semanal complementar	M	11.026,44 €	14.426,31 €	25.417,83 €	44.034,76 €	45.004,00 €	46.740,95 €
	F			453,22 €		366,00 €	
Em feriados	M	1.712,08 €	2.609,47 €	2.475,75 €	4.438,79 €	6.650,00 €	7.526,37 €
	F	80,73 €		203,48 €			
Trabalho extraord. nocturno	M	311,32 €	679,00 €	1.046,00 €			2.265,00 €
	F		19,32 €	29,00 €			
Trabalho extraord. diurno	M	2.967,60 €	4.592,95 €	8.270,00 €	7.530,00 €	9.113,00 €	1.512,00 €
	F		38,64 €	432,00 €		329,00 €	
Soma	M	27.683,88 €	33.408,28 €	49.768,08 €	76.776,93 €	95.972,00 €	68.175,25 €
Soma	F	145,10 €	124,11 €	1.012,70 €	293,40 €	691,00 €	
TOTAL		27.828,98 €	33.532,39 €	50.780,78 €	77.068,93 €	96.663,00 €	68.175,25 €
Variação face ao ano anterior		-17,11%	3,02%	33,92%	-19,37%	40,33%	

A leitura do quadro permite confirmar a tendência de decréscimo de despesa face aos anos anteriores, a qual atingiu em final de 2014 uma redução de 17,11%, resultante de ajustamentos organizativos que a Câmara Municipal vem operando nos serviços municipais. Já na comparação mais alargada face a anos anteriores, deve ser tido em conta, como fator de influência nas reduções anuais, não apenas o efeito do mesmo tipo de ajustamentos organizativos, mas também o impacto dos cortes verificados nos valores que a lei estabelece para o pagamento de trabalho extraordinário.

É de salientar que, na comparação entre 2010 e 2014, se registou uma diminuição de 67.993,32 €, equivalente a cerca de 71% do montante de encargos assumido em 2010, sendo que este mesmo ano de 2014 poderá representar o exercício em que o encargo com trabalho extraordinário estabilizou no valor mínimo recomendável, uma vez que o mesmo corresponderá ao limiar mínimo de recurso a trabalho extraordinário adequado à continuidade de prestação de serviços de qualidade aos munícipes.

De facto, este limiar mínimo resulta da necessidade de assegurar de forma abrangente a prestação durante o fim-de-semana de alguns serviços com impacto na imagem de eficácia e eficiência da Câmara Municipal, como sejam os relativos ao piquete do Setor de Águas e Saneamento, à recolha extraordinária de cartão e monos e aos serviços extraordinários de transportes em autocarros municipais cuja satisfação ultrapassa o número de horas semanais dos respetivos motoristas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A execução do exercício de 2014 vem uma vez mais acentuar que a autarquia continua a apresentar uma situação financeira capaz de enfrentar os compromissos que com caráter de regularidade lhe são colocados em cada ano económico relativamente à atividade das instalações e equipamentos públicos, ao cumprimento das obrigações e competências legais e à capacidade de realização de investimentos de natureza estratégica.

Era já esperado que, tendo sido atingido o período final de vigência do QREN e havendo, como se sabe, uma relação diretamente proporcional entre a capacidade de obtenção de financiamentos externos e a aplicação de recursos em investimentos, o ano de 2014 não poderia continuar a evidenciar a capacidade de realização que nos anos anteriores havia sido concedida.

Daí que a execução do ano de 2014 em matéria de investimentos é, essencialmente, o resultado da necessidade de realização e conclusão dos investimentos que haviam constituído candidaturas ao PRODER, designadamente eletrificações rurais, limpezas das margens dos rios e os projetos aprovados no âmbito do GAL/ADIBER, para além de outros investimentos cuja realização foi objeto de decisão independentemente da possibilidade de obtenção de financiamentos externos.

Nalguns casos, como adiante se verá, parte destes investimentos foram ainda objeto de candidaturas ao QREN-MaisCentro em regime de overbooking, cuja taxa de sucesso na obtenção concreta de apoio, embora dependente da disponibilidade de fundos, é substancialmente elevada.

Para além da execução relativa aos investimentos, a ação municipal tem procurado de forma cada vez mais competente proceder à implementação de planos de otimização e de poupanças em áreas de gestão corrente, procurando mesmo alocar alguns recursos próprios a esses objetivos ou, como também já foi o caso, apresentar projetos para obtenção de financiamentos externos tendo em vista o alcance de resultados satisfatórios em termos de eficiência e poupanças em matéria de consumos. São disso exemplo as candidaturas já aprovadas em matéria de modernização administrativa e, mais recentemente, em relação aos investimentos em iluminação pública com poupanças ao nível da eficiência energética e que se vêm juntar às poupanças que têm vindo a ser conseguidas ao nível de alguns consumos internos, como sejam os custos com combustíveis, com comunicações e outros.

Como mais adiante se poderá verificar, em contraste com os resultados que vinham sendo conseguidos ao longo dos anos mais recentes, o ano de 2014 revelou-se como o segundo mais baixo de sempre em termos de arrecadação de receitas de capital desde 1990, com um valor um pouco superior ao conseguido nesse mesmo ano de 1990.

Para este dado concorrem diversos fatores. Por um lado, a coincidência com o período final do QREN em que todos os projetos já se encontravam executados, restando apenas o recebimento dos saldos finais de alguns deles; por outro lado, os novos projetos apresentados e aprovados em regime de overbooking não geraram em 2014 quaisquer receitas em matéria de transferências de capital; por outro lado ainda, uma parte significativa dos financiamentos aprovados para os projetos financiados no âmbito do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PRODER só será recebida durante o ano de 2015, para além de que, relativamente a estes projetos, alguns dos adiantamentos concedidos o foram ainda no ano de 2013.

No que respeita ao volume de transferências do Orçamento de Estado e como se vinha prevendo, o ano de 2014 voltou a registar uma perda efetiva de receitas provenientes do FEF, designadamente do FEF capital que sofreu um corte de 51,5%, sendo que, no global, o volume total de transferências do FEF registou uma diminuição de 2,75%, apesar do aumento em valores absolutos verificado nas transferências correntes.

Não é também irrelevante o facto de em 2011 e 2012 se terem registado cortes de 5% anuais que, por si mesmos, anularam completamente o efeito dos aumentos que se tinham operado em 2008 e 2009, sendo também muito relevante o facto dos valores totais de FEF / FSM / Participação no IRS transferidos em 2014 serem inferiores em mais de 900 mil euros ao valor registado no ano de 2010 (-12,23%).

Vale ainda a pena evidenciar outro dado importante, que é o facto da relação proporcional entre investimentos e transferências de capital não ter sido prejudicada e de ter até aumentado para um valor de 1,65 vezes (investimentos / transferências de capital) apesar de, em termos absolutos, ambos os grupos terem descido face ao ano de 2013.

Importa, por isso, percorrer a Execução Anual Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2014, analisando o grau de realização dos projetos que eram considerados mais relevantes e com efeito estratégico no nível de desenvolvimento do concelho:

- a) Centro Educativo de Nogueira do Cravo - Esta empreitada foi iniciada em 2011, tendo a sua execução tido continuidade em 2013, entretanto já concluída com um investimento total de 1,3 milhões de euros. Beneficiou de uma comparticipação FEDER de 1.086.706,84€, dos quais ainda faltam receber cerca de 115 mil euros.
- b) Obras de conservação, adaptação e modernização do Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários – Projeto Orçamento Participativo Jovem ano de 2013 – Este projeto incluiu a empreitada destinada à realização de Beneficiações no Bar e Refeitório da ESTGOH, no valor de 49.518,19 €, que se encontra já concluída, com 88,47% de taxa de execução face à previsão contida no PPI.
- c) Instalação de redes de distribuição e de linhas de alimentação em MT e BT e de postos de transformação – Trata-se da empreitada destinada a dar execução ao projeto de Eletrificação de Diversos Caminhos Agrícolas do Concelho, financiado pelo PRODER, com um investimento de 230.975,26 € e uma comparticipação de 173.231,45 €.
- d) Prolongamento do saneamento na Avenida Principal e Quinta do Rio Seco em Travanca de Lagos e Quinta das Tapadas em Bobadela - Este contrato de empreitada foi celebrado pela importância de 463.987,24 €, o qual, estando já concluído, ainda gerou despesas no ano de 2014 no montante de 82.478,82 €.
- e) Abastecimento de água e saneamento a Carvalha, Moita e Formarigo – Penalva de Alva – Esta empreitada representa um investimento total de 486.478,92 €, que beneficiou de um financiamento no âmbito do POVT – Programa Operacional



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Valorização do Território no montante de 378.271,35 €, à taxa de 85%, do qual ainda será arrecadada a importância de 19.972,91 € e que representou no ano de 2014 um encargo de 77.503,23 €.

- f) Requalificação, Beneficiação e Apetrechamento do Mercado Municipal e Construção da Central de Camionagem em Oliveira do Hospital – Ambos os projetos foram objeto de candidatura a financiamento QREN através do Mais Centro, em regime de overbooking e foram adjudicados em empreitada conjunta pelo valor de 740.317,88 €. A parte referente ao Mercado Municipal foi objeto de assinatura de contrato de financiamento em 5 de dezembro de 2014, com uma comparticipação aprovada no montante de 388.389,07 € e gerou neste mesmo ano um investimento no valor de 319.206,19 €. A parte referente à Central de Camionagem foi objeto de assinatura de contrato de financiamento igualmente em 5 de dezembro de 2014, com uma comparticipação aprovada no montante de 241.913,06 € e gerou neste mesmo ano investimento no valor de 161.645,87 €.
- g) Beneficiação e Repavimentação da EM 517 – Lourosa/Limite do Concelho (Barril do Alva) – Esta empreitada foi objeto de candidatura a financiamento QREN através do Mais Centro, no segundo aviso de candidaturas em regime de overbooking, já no ano de 2015 e foi adjudicada pelo valor de 375.552,17 €, do qual foi realizada no ano de 2014 o investimento de 364.640,42 €. Em caso de aprovação da candidatura pela Autoridade de Gestão do MaisCentro e existência de fundos disponíveis, a mesma poderá gerar financiamentos no valor de 319.219,34 €.

Por serem igualmente significativos em termos financeiros, são merecedores de referências outros projetos e ações inseridos nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2014, designadamente os seguintes:

1. A Criação e beneficiação de outras infraestruturas desportivas e recreativas, com um nível de execução de 88,96% relativamente ao valor orçamentado, com uma realização em termos absolutos de 71.164,29 €;
2. A requalificação da Envolvente à Estação Central de Camionagem e ao Mercado Municipal; com um montante de despesa de 40.339,02 €, representando uma taxa de execução de 80,68%.
3. As despesas com substituição e ampliação de redes de esgotos e construção de ramais de saneamento, no montante de 72.264,72 €, com uma taxa de execução de 32,41%;
4. Rede de águas residuais domésticas em Vila Franca da Beira, no montante de 40.615,91, equivalente a 40,62% do montante orçamentado;
5. Os custos de reparações em veículos de recolha de RSU, no valor de 19.643,07 €, correspondente a 78,57% do montante total orçamentado;
6. A abertura e conservação de caminhos e estradões florestais, com um investimento que ascendeu a 91.108,69 €, equivalente a 82,83% do montante previsto;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

7. A construção, ampliação, beneficiação e manutenção das redes de abastecimento de água, com uma despesa de investimento de 29.818,94 €, e uma taxa de execução de 35,08% que, tal como em relação aos investimentos feitos na área de saneamento em regime de administração direta, não contempla a despesa corrente inerente a estes investimentos, designadamente a relacionada com pessoal e aquisição de bens e de serviços;
8. Os investimentos em rede viária e sinalização, que são de execução continuada e que representam anualmente valores significativos de despesa de capital, como sejam:
 - 8.1 Arruamento, pontes, aquedutos, muros e obras complementares nas vias municipais – 114.468,42 €; 35,28% de taxa de execução;
 - 8.2 Execução, reparação e beneficiação de estradas, caminhos e estradões – 35.067,83 €; 14,03% de taxa de execução;
 - 8.3 Sinalização toponímica, turística, orientadora, vertical e horizontal de vias municipais – 14.186,03 €; 40,53% de taxa de execução;
9. A Criação, beneficiação, apetrechamento e conservação de parques de lazer e jardins, com um investimento realizado de 11.298,68 €, equivalente a 22,60% de taxa de execução.
10. A criação, conservação e beneficiação de açudes, com um investimento de 13.774,70 € e uma taxa de execução de 78,71%.
11. A modernização e informatização dos serviços, cujos investimentos em curso no âmbito do projeto Novo Modelo de Atendimento, financiado no âmbito do POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade, geraram investimentos de 169.783,08 € no ano de 2014.

Tendo em conta as referências feitas anteriormente a alguns dos projetos realizados com recurso a financiamentos externos, justifica-se a apresentação do ponto de situação atual de todos os projetos financiados com referência a 31 de dezembro de 2014 e que, uma vez mais, atualiza o nível de aproveitamento global do Município de Oliveira do Hospital no período de vigência do QREN, ou seja, entre 2007 e 2013. É de destacar que, nesta data de referência, apenas se encontravam por concluir física e financeiramente os projetos relativos ao PRODER e o projeto SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, enquanto que após 31 de março de 2015, apenas o projeto SAMA se encontra ainda em curso.

Os projetos contidos no quadro seguinte dizem respeito às candidaturas já concluídas em termos de realização física e financeira no âmbito do QREN – Programa Operacional Regional do Centro.

Como se pode verificar, foram realizadas neste grupo 13 operações de investimento, que corresponderam a um montante total de realização em termos absolutos de 9,7 milhões de euros, que geraram receitas externas provenientes de fundos comunitários no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

montante de 7.473.384,44 €, relativamente ao qual existe ainda um saldo de participação FEDER a receber no montante de 320.954,29 €.

PROJETOS ENCERRADOS APROVADOS NO ÂMBITO DO QREN / PORC - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL								
Remodelação e Ampliação da EB1/II de Oliveira do Hospital	495.425,47 €	431.224,50 €	366.540,83 €	85,000%	431.224,48 €	366.540,81 €	366.540,81 €	0,02 €
Benef. Rectif. e Paviment. da EM 504 entre Lagares da Beira/Limite do Concelho e Benef. Rectif. e Pavim. da EM 504-2, entre a EM 504 e a povoação de Meruge	682.009,22 €	679.252,97 €	577.365,02 €	85,000%	679.252,97 €	577.365,02 €	577.365,02 €	0,00 €
Requalificação Urbanística do Largo Rib. Amaral e Req. Da Av. 5 de Outubro, da Rua Gen. Santos Costa e Rua Prof. Antunes Varela, em Oliv. Hospital	2.484.586,88 €	2.060.315,75 €	1.751.268,39 €	85,000%	2.397.466,54 €	1.751.268,39 €	1.765.645,16 €	-14.376,77 €
Estrada do Vale do Alva - 3.ª Fase: Troço III Aldeia das Dez / Vale de Maceira	1.219.322,61 €	1.212.150,96 €	1.030.328,32 €	85,000%	1.214.170,17 €	1.030.241,36 €	977.504,98 €	52.823,34 €
Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal	860.349,07 €	799.590,18 €	679.651,66 €	85,000%	799.590,18 €	679.651,66 €	679.651,66 €	0,00 €
Instalação de Equipamentos Informativos constituídos por Quiosques Multimédia de Exterior e de Equipamentos de Recolha de RSU Valorizáveis e Indiferenciados	176.374,05 €	176.374,05 €	149.917,94 €	85,000%	176.374,05 €	149.917,94 €	149.917,94 €	0,00 €
Rectificação e Pavimentação da EM 509 - Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira / Oliveira do Hospital	907.080,21 €	907.080,21 €	771.018,18 €	85,000%	907.080,21 €	780.078,95 €	732.466,77 €	38.551,41 €
Execução da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital - Infraestruturas Fase I	492.278,21 €	483.689,40 €	411.135,99 €	85,000%	483.689,40 €	411.135,99 €	390.578,70 €	20.557,29 €
Centro Educativo de Nogueira do Cravo	1.304.106,92 €	1.278.478,64 €	1.086.706,84 €	85,000%	1.260.142,12 €	1.260.611,63 €	972.161,30 €	114.545,54 €
Ligações Técnicas de Saneamento de Oliveira do Hospital - Seixo da Beira - Fase II	426.447,38 €	159.668,41 €	127.734,73 €	80,000%	159.668,41 €	127.734,73 €	127.734,73 €	0,00 €
Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez	164.829,99 €	164.829,99 €	140.105,49 €	85,000%	164.830,01 €	140.105,49 €	133.100,22 €	7.005,27 €
Requalificação da envolvente da Praia Fluvial da Ilha do Picôto, em Avó	124.204,66 €	119.901,06 €	101.915,90 €	85,000%	119.901,06 €	101.915,90 €	101.915,90 €	0,00 €
Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I e Av. Nova, em Ervedal da Beira	371.185,73 €	329.053,12 €	279.695,15 €	85,000%	329.053,12 €	289.213,97 €	289.213,97 €	-9.518,82 €

Para além destes, foram apresentadas novas candidaturas ao QREN – Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do 1.º Aviso de Candidaturas em regime de Balcão Permanente, para aprovação em overbooking, as quais se referem aos investimentos já atrás mencionados e relacionados com o Mercado Municipal e a Central de Camionagem. Como se poderá verificar, ambas envolvem a expectativa de uma receita adicional de 600.631,02€, decorrente do volume de investimento efetivamente realizado e já apresentado através dos respetivos pedidos de pagamento finais.

Já no decurso do ano de 2015, para além do período de referência de 31 de dezembro atrás mencionado, foi também apresentada candidatura ao 2.º Aviso de candidaturas para aprovação em overbooking, relativa à Beneficiação da Estrada Municipal n.º 517 entre Lourosa e o limite do concelho com Arganil, junto a Barril do Alva, que aguarda aprovação e cujos valores contam no respetivo quadro.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETOS ENCERRADOS APROVADOS NO ÂMBITO DO QREN / PORC - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL - Overbooking								
Designação do Projeto	Valor total do investimento	Valor já realizado	Valor condicionado	% de realização	Valor disponível	Valor a receber	Valor a pagar	Saldo
Requalificação, Beneficiação e Apetrechamento do Mercado Municipal	485.270,27 €	457.802,14 €	389.131,82 €	85,000%	435.169,83 €	369.894,36 €	0,00 €	369.894,36 €
Construção da Central de Camionagem em Oliveira do Hospital	324.222,26 €	302.622,41 €	257.229,05 €	85,000%	271.454,89 €	230.736,66 €	0,00 €	230.736,66 €
Soma	809.492,53 €	760.424,55 €	646.360,87 €	85,000%	706.624,72 €	600.631,02 €	0,00 €	600.631,02 €

NOVOS PROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DO QREN / PORC - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL - Overbooking II								
Designação do Projeto	Valor total do investimento	Valor já realizado	Valor condicionado	% de realização	Valor disponível	Valor a receber	Valor a pagar	Saldo
Beneficiação DO Pavimento na EM 517 - Troço Lourosa /Limite do Concelho em Direção ao Barril do	375.552,17 €	375.552,17 €	319.219,34 €	85,000%	364.640,42 €	0,00 €	0,00 €	309.944,86 €
Soma	375.552,17 €	375.552,17 €	319.219,34 €	85,000%	364.640,42 €	0,00 €	0,00 €	309.944,86 €

(valor condicionado à existência da dotação disponível)

A situação relativa aos projetos apresentados e aprovados no âmbito do POVT – Programa Operacional Valorização do Território é também refletida nos quadros seguintes, nos quais pode ser observada a capacidade da Câmara Municipal na captação de financiamentos externos para os investimentos no sector do saneamento básico, através do Regulamento Específico “Ciclo Urbano da Água”.

Em primeiro lugar apresenta-se a situação relativa ao projeto aprovado e já encerrado, com Relatório Final de Execução apresentado, do qual existe um saldo de comparticipação a receber de 15.292,41 €.

PROJETOS ENCERRADOS APROVADOS NO ÂMBITO DO QREN / POVT - PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO								
Designação do Projeto	Valor total do investimento	Valor já realizado	Valor condicionado	% de realização	Valor disponível	Valor a receber	Valor a pagar	Saldo
Ligações Técnicas de Saneamento de Oliveira do Hospital - Seixo da Beira - Fase II	426.447,38 €	167.553,15 €	150.403,60 €	89,765%	325.505,79 €	158.005,72 €	135.111,19 €	15.292,41 €
Soma	426.447,38 €	167.553,15 €	150.403,60 €	89,765%	325.505,79 €	158.005,72 €	135.111,19 €	15.292,41 €

Em segundo lugar transpõe-se a informação relativa ao projeto que já se encontra também concluído física e financeiramente, com apresentação do respetivo Relatório Final de Execução e do qual se aguarda o recebimento do saldo final de 19.972,91 €.

PROJETOS APROVADOS E NÃO ENCERRADOS NO ÂMBITO DO QREN / POVT - PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO								
Designação do Projeto	Valor total do investimento	Valor já realizado	Valor condicionado	% de realização	Valor disponível	Valor a receber	Valor a pagar	Saldo
Abastecimento de água e saneamento à Moita, Formarigo e Carvalha - Penaiva de Alva	486.478,92 €	445.025,12 €	378.271,35 €	85,000%	429.936,42 €	365.445,96 €	358.298,44 €	19.972,91 €
Soma	486.478,92 €	445.025,12 €	378.271,35 €	85,000%	429.936,42 €	365.445,96 €	358.298,44 €	19.972,91 €

Relativamente a este grupo de projetos, podemos verificar ter havido um volume total de investimento de 912.926,30 €, do qual resultou uma comparticipação através do FCOES – Fundo de Coesão de 755.442,21 €.

O quadro abaixo identifica o projeto que havia sido submetido a candidatura através do SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, financiado no âmbito do POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade e que diz respeito aos investimentos de modernização administrativa e de informatização de serviços, a levar a efeito pela Câmara Municipal sob a designação de “Novo Modelo de Atendimento – A Implementação de um Atendimento Multicanal”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETOS APROVADOS E NÃO ENCERRADOS NO ÂMBITO DO QREN / POFC - PROGRAMA OPERACIONAL FATORES DE COMPETITIVIDADE								
Designação do Projeto	Valor do Investimento	Valor Elegível	Comp. Participação	Dotação	Valor Elegível	Valor Elegível	Valor Elegível	Valor Elegível
Novo Modelo de Atendimento - A Implementação de um Atendimento Multicanal	545.428,37 €	420.328,71 €	357.279,41 € 85,000%	111.864,33 €	95.084,68 €	95.084,68 €	262.194,73 €	
Com. Participação	357.279,41 €	420.328,71 €	357.279,41 € 85,000%	111.864,33 €	95.084,68 €	95.084,68 €	262.194,73 €	

Trata-se de um investimento global de quase 550 mil euros, tendo sido aprovado com um valor de investimento elegível de 420.328,71 €, apoiado por uma comparticipação de 357.279,41 €, a uma taxa de 85%, da qual se encontra ainda para receber a importância de 262.194,73 €.

Incluído também no portfólio de fontes de financiamento a que o Município acedeu para alavancar a atividade de investimento municipal, está também o Subprograma 3 do PRODER, no âmbito do qual foram apresentados e aprovados dois pedidos de apoio, tal como transcritos no quadro seguinte e que representam um volume de investimento no montante de quase 100.000 €.

PROJETOS APROVADOS E NÃO ENCERRADOS NO ÂMBITO DO PRODER - GAL/ADIBER								
Designação do Projeto	Valor do Investimento	Valor Elegível	Comp. Participação	Dotação	Valor Elegível	Valor Elegível	Valor Elegível	Valor Elegível
Área de Recreio e Lazer e Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas	72.076,92 €	67.997,09 €	40.798,25 € 60,000%	38.868,09 €	23.320,85 €	23.320,85 €	17.477,40 €	
Camping Car. "Serra da Estrela Oeste"	25.440,00 €	24.000,00 €	14.400,00 € 60,000%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14.400,00 €	
Com. Participação	97.516,92 €	91.997,09 €	55.198,25 € 60,000%	38.868,09 €	23.320,85 €	23.320,85 €	31.877,40 €	

Ainda no âmbito do PRODER, foram também submetidos e aprovados diversos Pedidos de Apoio às medidas de Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal e de Regadio e Outras Infraestruturas Coletivas, cujo resumo e situação dos projetos consta no segundo quadro que segue:

PROJETOS APROVADOS E NÃO ENCERRADOS NO ÂMBITO DO PRODER - Gestão de Espaço Florestal e Agro-Florestal								
Designação do Projeto	Valor do Investimento	Valor Elegível	Comp. Participação	Dotação	Valor Elegível	Valor Elegível	Valor Elegível	Valor Elegível
Manutenção e Recuperação de Galerias Ripícolas	529.922,28 €	499.926,68 €	499.926,68 € 100,000%	180.238,52 €	180.238,52 €	249.963,36 €	249.963,32 €	
Eletrificação dos diversos caminhos agrícolas do concelho	230.975,26 €	230.975,26 €	173.231,45 € 75,000%	55.349,11 €	41.511,83 €	58.898,69 €	114.332,76 €	
Com. Participação	760.897,54 €	730.901,94 €	673.158,13 € 92,230%	235.587,63 €	221.750,35 €	308.862,05 €	364.296,08 €	

Tal como já foi referido, importa proceder à atualização do balanço final relativo à capacidade de acesso do Município ao quadro comunitário que se iniciou em 2007 e cujos dados globais se encontram transpostos no quadro seguinte:

TOTAL DE PROJETOS APROVADOS E EM APROVAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL								
Designação do Projeto	Valor do Investimento	Valor Elegível	Comp. Participação	Dotação	Valor Elegível	Valor Elegível	Valor Elegível	Valor Elegível
Com. Participação	1.218.683,87 €	1.152.226,74 €	826.437,54 € 71,700%	297.350,51 €	256.835,68 €	351.026,90 €	446.489,24 €	

Como é visível, o montante de 12,8 milhões de euros de investimento realizado com projetos aprovados no âmbito do quadro comunitário de apoio poderá subir ainda para o montante de 13,21 milhões de euros com a aprovação da operação relativa à Beneficiação da EM 517, cuja probabilidade de obtenção de financiamento efetivo é elevada. Trata-se, como foi já referido por diversas vezes, de um nível de aproveitamento dos meios financeiros externos, sob a forma de fundos comunitários, sem paralelo em qualquer outro quadro comunitário anterior, não apenas pelo volume de investimento em si mesmo, mas essencialmente pelo nível de comparticipação de que o mesmo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

beneficiou, de cerca de 85%, representando uma entrada efetiva de subsídios não reembolsáveis de 9.734.056,05 €, que poderá ainda alcançar o montante de 10.053.275,39 €, dos quais foram já recebidos quase 8,2 milhões de euros.

Atualizando também a informação estatística apresentada com referência a 31 de dezembro de 2013 e procedendo à repartição anual dos valores finais, obter-se-ão os seguintes valores médios: valores de investimento – 1,887 milhões de euros por ano; valores de comparticipação - 1,436 milhões de euros por ano.

No que concerne à distribuição do valor de comparticipação pelo número de projetos realizados, obteremos uma média por projeto de 478.727,40 € de fundo comunitário arrecadado pelo Município, que é também equivalente a um valor de 482,06 € de fundos comunitários por habitante e que, numa perspetiva de observação geográfica, atingiu de forma transversal praticamente todo o território municipal.

Vale também a pena referir que, não obstante os expressivos resultados obtidos no acesso ao QREN agora concluído, o executivo em permanência tem dedicado uma grande preocupação à definição da estratégia de abordagem ao novo Portugal 2020 e, em particular, ao enquadramento que o Município pode alcançar tanto em relação ao Centro 2020, como no que respeita aos programas temáticos de âmbito nacional. A circunstância de uma das vice-presidências da CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra ser ocupada pelo Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem permitido obter informação em tempo útil quanto ao desenvolvimento dos documentos estratégicos da iniciativa da CIM-RC e da própria Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, permitindo, desde logo, que o Município se possa também preparar atempadamente quanto à melhor abordagem ao pacote de financiamentos disponíveis.

É disso exemplo a informação de que o Município de Oliveira do Hospital é um dos 31 eixos urbanos com enquadramento específico na política de cidades e na regeneração urbana, para a qual estarão disponíveis 212 milhões de euros no espaço da Região Centro. Para este propósito, o Município está já a promover a obtenção dos requisitos necessários, como sejam a definição de uma ARU – Área de Reabilitação Urbana, a preparação de um PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e de um Plano de Ação para a ARU, os quais se complementarão com o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, a cargo da CIM – Região de Coimbra e também já em fase adiantada de elaboração.

As restantes áreas de acesso aos fundos, embora muito vocacionadas para o apoio à atividade empresarial, estão também no foco das preocupações do Executivo.

Justifica-se agora uma análise abrangente ao nível de execução das Grandes Opções do Plano e especificamente do Plano Plurianual de Investimentos, razão pela qual se apresentam os seguintes quadros:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PPI - Plano Plurianual de Investimentos: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO						
Classif. Orçamental / Objeto	Despesa Orçamental	Despesa Corrigida	Variação %	Despesa Total	Variação %	Execução %
01 Educação	399.500,00 €	399.500,00 €	0,00%	61.929,49 €	15,50%	15,50%
001 Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	140.500,00 €	93.500,00 €	-33,45%	18.785,15 €	13,36%	20,09%
003 Ensino superior	55.000,00 €	56.100,00 €	2,00%	49.544,33 €	89,90%	88,31%
02 Cultura e Desporto	347.500,00 €	297.500,00 €	-14,39%	1.460,20 €	0,42%	0,42%
001 Cultura	347.500,00 €	297.500,00 €	-14,39%	1.460,20 €	0,42%	0,42%
002 Desporto	151.000,00 €	154.900,00 €	2,58%	81.988,85 €	53,64%	52,93%
03 Solidariedade e Ação Social	192.000,00 €	76.000,00 €	-60,42%	60.731,87 €	31,63%	31,63%
001 Creches	3.000,00 €	3.000,00 €	0,00%	1.370,31 €	45,68%	45,68%
002 ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
003 Outras infra-estruturas de ação social	7.500,00 €	7.500,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
004 Implementação da rede social	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	344,63 €	6,89%	6,89%
006 Habitação social	180.000,00 €	60.000,00 €	-66,67%	4.957,24 €	2,75%	2,75%
04 Saúde	100.000,00 €	285.000,00 €	185,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
001 Extensões de saúde	100.000,00 €	285.000,00 €	185,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
05 Habitação e Urbanismo	607.500,00 €	677.000,00 €	11,28%	184.558,58 €	30,39%	27,24%
001 Habitação	27.000,00 €	27.000,00 €	0,00%	15.474,83 €	57,31%	57,31%
002 Planeamento urbanístico	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
003 Iluminação pública	325.000,00 €	330.000,00 €	1,54%	128.613,22 €	38,97%	38,97%
004 Urbanização	61.000,00 €	181.000,00 €	196,72%	0,00 €	0,00%	0,00%
005 Intervenções de requalificação urbanística	93.500,00 €	138.500,00 €	48,13%	40.470,53 €	29,22%	29,22%
06 Saneamento e Salubridade	628.000,00 €	628.000,00 €	0,00%	245.069,09 €	39,02%	39,02%
001 Saneamento	590.000,00 €	638.000,00 €	8,14%	212.675,20 €	33,33%	33,33%
002 Higiene pública	42.500,00 €	42.500,00 €	0,00%	32.393,89 €	76,22%	76,22%
003 Cemitérios	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
07 Segurança e Protecção Civil	144.500,00 €	144.500,00 €	0,00%	100.586,98 €	69,61%	69,61%
003 Prevenção e combate a fogos florestais	144.500,00 €	144.500,00 €	0,00%	100.586,98 €	69,61%	69,61%
004 Serviço municipal de protecção civil	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
005 Intempéries / situações de calamidade	1.500,00 €	1.500,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
08 Desenv. Económico e Abastecimento Público	1.094.500,00 €	1.025.500,00 €	-6,30%	502.097,11 €	45,88%	45,88%
001 Água	295.000,00 €	311.000,00 €	5,42%	118.548,95 €	38,12%	38,12%
002 Turismo	165.000,00 €	180.000,00 €	9,09%	9.558,61 €	5,31%	5,31%
003 Mercados e Feiras	382.500,00 €	382.500,00 €	0,00%	319.326,55 €	83,48%	83,48%
004 Eventos dinamizadores da activ. económica	52.000,00 €	52.000,00 €	0,00%	50.000,00 €	96,15%	96,15%
005 Espaços de localiz. empresarial e incubação	200.000,00 €	100.000,00 €	-50,00%	4.603,00 €	2,30%	2,30%
09 Comunicações e Transportes	1.372.500,00 €	1.372.000,00 €	-0,04%	711.507,43 €	51,89%	51,89%
001 Rede viária e sinalização	1.152.500,00 €	1.097.000,00 €	-4,82%	547.400,35 €	47,47%	47,47%
002 Transportes	205.000,00 €	205.000,00 €	0,00%	161.645,87 €	78,85%	78,85%
003 Estacionamento	15.000,00 €	15.000,00 €	0,00%	2.461,21 €	16,41%	16,41%
10 Defesa do Meio Ambiente	125.000,00 €	125.000,00 €	0,00%	14.886,82 €	11,87%	11,87%
001 Prevenção monitoriz. e combate à poluição	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
002 Parques e jardins	125.000,00 €	125.000,00 €	0,00%	21.091,62 €	16,87%	16,87%
003 Recursos naturais	2.500,00 €	17.500,00 €	600,00%	13.774,70 €	78,71%	78,71%
11 Modernização dos Serviços	371.500,00 €	278.500,00 €	-25,03%	187.887,65 €	50,67%	50,67%
001 Órgãos autárquicos	40.600,00 €	45.500,00 €	12,07%	4.372,73 €	9,61%	9,61%
002 Racionalização	207.500,00 €	309.500,00 €	49,16%	169.783,08 €	54,86%	54,86%
003 Edifício dos Paços do Concelho	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	849,12 €	16,98%	16,98%
004 Estaleiro municipal	118.500,00 €	118.500,00 €	0,00%	12.832,72 €	10,83%	10,83%
12 Outros Investimentos	11.000,00 €	11.000,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
001 Generalização do uso de TIC's	11.000,00 €	11.000,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
TOTAL	13.200,00 €	13.200,00 €	0,00%	2.201,87 €	16,68%	16,68%

Em primeiro lugar, a análise comparativa entre previsão e execução do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, fornece informação sobre as dotações iniciais, as dotações corrigidas após modificações ao PPI, a despesa paga total, a variação absoluta entre despesa paga total e dotações corrigidas e a taxa de execução face às dotações corrigidas. O mesmo quadro identifica cada um dos Objetivos e respetiva desagregação em Programas, sendo que a taxa de execução global foi de 38,97% que, em comparação com a taxa de 37,46%, obtida em 2013 e de 37,14% obtida em 2012, representa uma significativa manutenção da capacidade de realização dos investimentos e face ao que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

havia sido previsto. Se considerarmos as GOP's, que englobam PPI's e Atividades mais Relevantes, as taxas de realização são de 53,46% (2014), de 49,54% (2013) e de 48,10% (2012), revelando também uma tendência de melhoria ao longo dos anos.

PPI - Plano Plurianual de Investimentos: ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
CATEGORIA	Descrição	2013 (€)		2014 (€)		Variação (2014/2013)	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado		
01	Educação e Formação Profissional	18.785,15	0,88%	757.231,07	23,48%	-738.445,92	-97,52%
002	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	18.785,15	0,88%	757.231,07	23,48%	-738.445,92	-97,52%
003	Ensino superior	49.544,33	2,33%	7.410,29	0,23%	42.134,04	568,59%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres	89.249,05	4,58%	144.205,72	4,47%	-60.756,67	-42,13%
001	Cultura	1.460,20	0,07%	1.549,05	0,05%	-88,85	-5,74%
002	Desporto	81.988,85	3,86%	142.656,67	4,42%	-60.667,82	-42,53%
03	Solidariedade e Acção Social	6.972,18	0,31%	29.166,59	0,90%	-22.194,41	-77,42%
001	Creches	1.370,31	0,06%	0,00	0,00%	1.370,31	0,00%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
003	Outras infra-estruturas de acção social	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
004	Implementação da rede social	344,63	0,02%	4.800,00	0,15%	-4.455,37	-92,82%
006	Habitação social	4.957,24	0,23%	24.366,59	0,76%	-19.409,35	-79,66%
04	Saúde	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
001	Extensões de saúde	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
05	Habitação e Urbanismo	184.658,88	8,69%	249.864,44	7,55%	-68.805,86	-24,16%
001	Habitação	15.474,83	0,73%	139.216,68	4,32%	-123.741,85	-88,88%
002	Planeamento urbanístico	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
003	Iluminação pública	128.613,22	6,05%	62.275,79	1,93%	66.337,43	106,52%
004	Urbanização	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
005	Intervenções de requalificação urbanística	40.470,53	1,90%	41.871,97	1,30%	-1.401,44	-3,35%
06	Saneamento e Salubridade	249.069,09	11,53%	500.095,45	15,51%	-255.026,36	-101,00%
001	Saneamento	212.675,20	10,01%	478.193,41	14,83%	-265.518,21	-55,53%
002	Higiene pública	32.393,89	1,52%	21.887,02	0,68%	10.506,87	48,01%
003	Cemitérios	0,00	0,00%	15,02	0,00%	-15,02	-100,00%
07	Segurança e Protecção Civil	100.586,98	4,73%	230.776,91	7,16%	-130.189,93	-56,41%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	100.586,98	4,73%	230.198,96	7,14%	-129.611,98	-56,30%
004	Serviço municipal de protecção civil	0,00	0,00%	577,95	0,02%	-577,95	-100,00%
005	Intempéries / situações de calamidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
08	Desenv. económico e Abastecimento Público	502.037,11	23,63%	642.901,36	19,94%	-140.864,25	-21,91%
001	Água	118.548,95	5,58%	198.806,02	6,16%	-80.257,07	-40,37%
002	Turismo	9.558,61	0,45%	95.464,05	2,96%	-85.905,44	-89,99%
003	Mercados e Feiras	319.326,55	15,03%	198.498,63	6,16%	120.827,92	60,87%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	50.000,00	2,35%	100.000,00	3,10%	-50.000,00	-50,00%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	4.603,00	0,22%	50.132,66	1,55%	-45.529,66	-90,82%
09	Comunicações e Transportes	711.607,48	33,48%	593.635,98	16,55%	177.871,45	33,33%
001	Rede viária e sinalização	547.400,35	25,76%	395.278,54	12,26%	152.121,81	38,48%
002	Transportes	161.645,87	7,61%	117.452,99	3,64%	44.192,88	37,63%
003	Estacionamento	2.461,21	0,12%	20.904,45	0,65%	-18.443,24	-88,23%
10	Defesa do Meio Ambiente	34.866,32	1,64%	55.643,59	1,73%	-20.777,27	-37,34%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
002	Parques e jardins	21.091,62	0,99%	55.643,59	1,73%	-34.551,97	-62,10%
003	Recursos naturais	13.774,70	0,65%	0,00	0,00%	13.774,70	0,00%
11	Modernização dos Serviços	187.937,67	8,64%	80.473,51	2,43%	107.464,16	139,71%
001	Órgãos autárquicos	4.372,73	0,21%	2.871,65	0,09%	1.501,08	52,27%
002	Racionalização	169.783,08	7,99%	32.240,90	1,00%	137.542,18	426,61%
003	Edifício dos Paços do Concelho	849,12	0,04%	20.906,43	0,65%	-20.057,31	-95,94%
004	Estaleiro municipal	12.832,72	0,60%	24.354,53	0,76%	-11.521,81	-47,31%
15	Tecnologia e Inovação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
001	Generalização do uso de TIC's	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DE DESPESAS		2.124.913,37	100,00%	2.204.804,81	100,00%	-1.099.391,04	-34,11%

Como vem sendo habitual ao longo dos anos, alguns dos objetivos do PPI apresentam diferenças significativas entre os valores previstos e os realizados e que resultam, na maior parte dos casos, do excesso de previsão que, embora cada vez em menor expressão, acaba sempre por influenciar a conceção e construção dos documentos previsionais.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

As maiores discrepâncias percentuais verificaram-se em Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres; Solidariedade e Ação Social; Saúde; Habitação e Urbanismo; Defesa do Meio Ambiente e Tecnologias de Informação, com taxas de execução inferiores a 30%, enquanto que, em valores absolutos, as diferenças entre realização e previsão são mais substanciais em Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, em cerca de 370 mil euros; Habitação e Urbanismo, com menos 493 mil euros; Saneamento e Salubridade, com menos 438 mil euros; Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, que ficou abaixo das previsões em 523 mil euros e Comunicações e Transportes com menos 605 mil euros.

No que diz respeito às razões que determinam as diferenças verificadas, estas correspondem essencialmente à necessidade de assegurar uma sustentabilidade financeira que permita manter o nível de cumprimento de compromissos com empreiteiros e fornecedores ao nível do que tem sido o posicionamento e a prática do Município, cumprindo sempre com as obrigações impostas pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Daqui resulta que, não tendo sido reunidas condições para a obtenção de fundos externos ou de formas de afetação de fundos próprios que pudessem acomodar alguns desses investimentos, projetos houve em que a sua realização não foi possível de concretizar, sem prejuízo de continuarem a constituir apostas do executivo logo que possam obter-se as melhores condições de sustentabilidade em termos financeiros. São disso exemplo a Beneficiação do Antigo Quartel de Lagares da Beira, a Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação das Ruínas Romanas de Bobadela, a Aquisição e beneficiação de imóveis degradados para fins sociais, a Requalificação da Extensão de Saúde de Ervedal da Beira e o Reordenamento do Estaleiro Municipal.

No grupo dos objetivos do PPI de maior volume financeiro e com as taxas de execução mais elevadas encontramos a Segurança e Proteção Civil com 66,61%, o Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público com 48,96%, a Educação e Formação Profissional com 45,67%, a Modernização dos Serviços com 39,26% e o Saneamento e Salubridade com 35,88% de níveis de realização em cada um.

O segundo quadro, que fornece a perspetiva de análise da evolução verificada no biénio, relativamente à despesa paga total refletida no PPI, mostra também as ponderações, face ao total, de cada um dos objetivos e sua desagregação em Programas, bem como a variação absoluta e relativa ocorrida entre os dois exercícios analisados.

Destaca-se desde logo a diminuição no peso relativo da Educação e Formação Profissional face ao total do PPI, por efeito da conclusão do investimento relativo ao Centro Educativo de Nogueira do Cravo durante o ano de 2013 e já sem impacto no exercício de 2014. Em sentido inverso regista-se a alteração ocorrida em Comunicações e Transportes, que passa de uma ponderação de 16,55% em 2013 para 33,48% em 2014, cujo crescimento resulta em grande medida da realização do investimento de Beneficiação da EM 517 entre Lourosa e Limite do Concelho (Barril do Alva) e, de forma menos significativa, da conclusão da Estação Central de Camionagem e da realização das despesas nas rubricas genéricas deste objetivo do Plano Plurianual de Investimentos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Percorrendo os diferentes Objetivos pode verificar-se que o Objetivo “Comunicações e Transportes”, pelas razões atrás mencionadas, volta a apresentar uma ponderação predominante face aos restantes objetivos, embora esta situação não resulte de um retrocesso ao que acontecia em anteriores exercícios económicos, em que as prioridades dos executivos municipais se centravam quase exclusivamente na construção e beneficiação da rede viária. No exercício de 2014 esta circunstância ocorreu, de facto, mas em virtude do volume de investimento aplicado na concretização da Beneficiação da EM 517 entre Lourosa e Limite do Concelho (Barril do Alva), que avolumou a realização neste objetivo, em comparação com os restantes, sendo também que os restantes objetivos não incluíram a realização de um grande investimento que pudesse evidenciar-se pelo seu volume financeiro no contexto global do PPI.

Para além dessa realização, o mesmo objetivo, com um volume de 711.507,43 €, incluiu ainda despesa noutras prioridades em matéria de comunicação e transportes, como sejam a conservação regular das vias municipais e respetivas obras de arte, aquedutos, muros, pontes e outras, onde se inclui ainda o montante de 161.645,87 € relativo à conclusão da Estação Central de Camionagem.

Em valores absolutos a segunda maior expressão pertence ao Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, com um valor um pouco superior a 500 mil euros e que integra os investimentos relacionados com abastecimento de água, com Turismo, Mercado e feiras, Eventos dinamizadores da atividade económica e Espaços de localização empresarial e incubação. De entre estes destaca-se a verba afeta ao Programa Mercados e Feiras, com 319.326,55 €, praticamente dedicada na sua totalidade à conclusão da Requalificação do Mercado Municipal.

Ainda na área ambiental encontra-se também o objetivo de Saneamento e Salubridade, com um volume de despesa no PPI de 245.069,09 €, onde se incluem os investimentos da componente de saneamento das principais obras de saneamento básico concluídas em 2014, como sejam o Prolongamento do saneamento na Avenida Principal e Quinta do Rio Seco, em Travanca de Lagos, as intervenções de conservação na Rede de águas residuais domésticas em Vila Franca da Beira e o Saneamento à Carvalha, Moita e Formarigo, às quais se acrescentam ainda as pequenas intervenções na restante infraestrutura sob responsabilidade do Município.

O objetivo designado por Educação e Formação Profissional, apresentou, como já referido, uma redução significativa face aos valores registados no ano anterior, pelas razões também já apontadas quanto à conclusão, no ano de 2013, do investimento no Centro Educativo de Nogueira do Cravo, cujo impacto financeiro se concentrou fortemente nesse ano. Ainda assim, no âmbito do mesmo objetivo, foi concretizado o investimento de requalificação do bar e refeitório da ESTGOH, em resultado da concretização do projeto selecionado no contexto do Orçamento Participativo Jovem no ano de 2013.

O objetivo Habitação e Urbanismo surge também com um valor significativo, essencialmente por efeito da despesa realizada na concretização da empreitada das

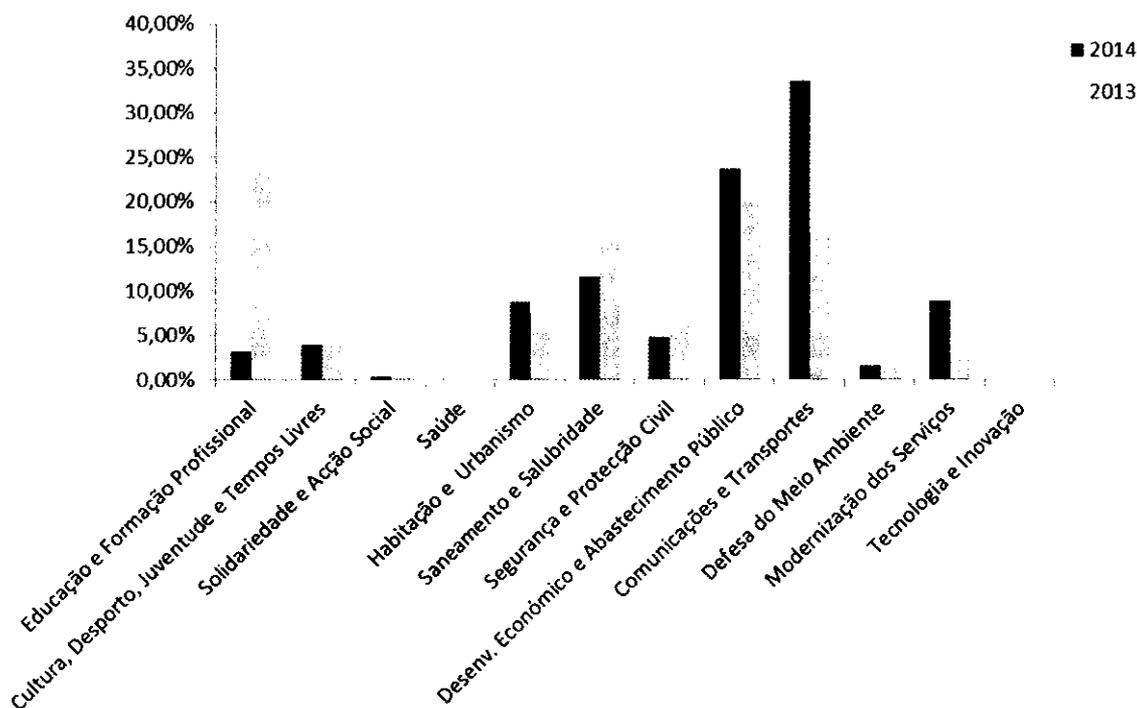


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

eletrificações rurais, cujo projeto transitou para conclusão em 2015 em termos físicos e financeiros.

Idêntica situação surge com o Objetivo Modernização Administrativa, com um volume de despesa no PPI de 187.837,65 €, a qual é obtida por grande influência da realização do projeto SAMA de modernização e informatização dos serviços.

Em termos gráficos, a situação relativa de cada um dos Objetivos do Plano Plurianual de Atividades apresenta-se do seguinte modo:



Ao longo do ano de 2013 e relativamente ao PPI foram levadas a efeito modificações que, embora destinadas a operar movimentos de transferência de verbas de uns projetos para outros, não alterariam o valor global, não fosse o facto de ter sido aprovada uma revisão destinada a incorporar o saldo da gerência anterior, cujo impacto no PPI determinou o aumento da dotação global em 8,48%, passando de 5.263.600 € de dotação inicial para 5.709.885 € de dotação final.

PPI - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Objetivo	2013	2014	Variação	2013	2014
Desenv. Económico e Abastecimento Público	3.400.000,00	3.400.000,00	0,00	3.400.000,00	3.400.000,00
Comunicações e Transportes	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
Defesa do Meio Ambiente	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00
Modernização dos Serviços	1.863.600,00	1.863.600,00	0,00	1.863.600,00	1.863.600,00
TOTAL	8.263.600,00	8.263.600,00	0,00	8.263.600,00	8.263.600,00
VARIAÇÃO POR AUMENTO DE DOTAÇÃO INICIAL					8,48%

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO - ORÇAMENTO



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

No que respeita à execução orçamental referente ao ano de 2014 e em termos de análise comparativa entre previsão e execução, confirmou-se uma tendência de estabilização das taxas de execução da receita e da despesa face aos valores orçamentados, muito próximas dos 70%, o que confirma a tendência dos registos mais recentes em que a aproximação entre valores previstos e valores executados se acentuou.

RECEITA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classificação da Receita		Previsão	Previsão	Execução	Resíduo	Taxa de	Taxa de
Global	Desdobramento	Anual	Corrente	Global	Global	Execução	Execução
01	Impostos directos	2.553.000,00 €	2.553.000,00 €	0,00%	2.569.128,48 €	16.128,48 €	100,63%
02	Impostos indirectos	82.000,00 €	82.000,00 €	0,00%	217.782,06 €	135.782,06 €	265,59%
04	Taxas, multas e outras penalidades	1.230.500,00 €	1.230.500,00 €	0,00%	858.459,27 €	-372.040,73 €	69,77%
05	Rendimentos da propriedade	703.500,00 €	703.500,00 €	0,00%	677.230,99 €	-26.269,01 €	96,27%
06	Transferências correntes	7.458.750,00 €	7.458.750,00 €	0,00%	6.590.684,15 €	-868.065,85 €	88,36%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.744.500,00 €	1.744.500,00 €	0,00%	1.408.107,93 €	-336.392,07 €	80,72%
08	Outras receitas correntes	87.500,00 €	87.500,00 €	0,00%	26.799,65 €	-60.700,35 €	30,63%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES		13.859.750,00 €	13.859.750,00 €	0,00%	12.348.182,83 €	-1.511.557,17 €	89,09%
09	Venda de bens de investimento	245.000,00 €	245.000,00 €	0,00%	8.692,35 €	-236.307,65 €	3,55%
10	Transferências de capital	5.746.690,00 €	5.746.690,00 €	0,00%	1.286.496,03 €	-4.460.193,97 €	22,39%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	11.717,42 €	6.717,42 €	234,35%
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		5.996.690,00 €	5.996.690,00 €	0,00%	1.306.905,80 €	-4.689.784,20 €	21,79%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	1.266,49 €	-3.733,51 €	25,33%
16	Saldo da gerência anterior	0,00 €	725.545,48 €	0,00%	725.545,48 €	0,00 €	100,00%
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		5.000,00 €	725.545,48 €	0,00%	725.545,48 €	0,00 €	100,00%
TOTAL DE RECEITAS TAXA DE EXECUÇÃO		19.856.440,00 €	20.586.985,48 €	0,00%	14.381.910,00 €	-5.209.075,48 €	69,86%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS RECEITAS							69,86%

No caso das receitas a taxa de execução foi de 69,86%, bastante acima dos 66,02% corridos em 2013, confirmando a referida tendência de melhoria das taxas de execução.

O melhor registo ocorre, naturalmente, em receitas correntes, na medida em que a capacidade de previsão é mais elevada, comparativamente com as receitas de capital, onde estas, sobretudo as transferências de capital, traduzem habitualmente um volume de previsões nem sempre concretizável por parte das entidades que proporcionam as mesmas transferências, mas cuja previsão, permite acomodar a inscrição de alguns projetos de investimentos com expectativa de obtenção de financiamentos externos.

Numa observação mais detalhada, verificaram-se algumas situações que merecem o devido destaque. Desde logo, as taxas de execução de 100,63% e de 265,59%, respetivamente em impostos directos e em impostos indirectos. No primeiro caso, devido a uma considerável correspondência entre os valores previstos e a efetiva arrecadação de impostos constituintes de receita municipal, como o IMI, o IMT e o IUC. No segundo caso por efeito da arrecadação de receitas provenientes de empresas, como sejam as relativas a loteamentos e obras, a saneamento e outras, as quais, não sendo receitas de carácter extraordinário, registaram valores muito acima das respetivas previsões que, de acordo com as regras previsionais impostas à elaboração do orçamento, não podem conter qualquer empolamento.

As restantes receitas correntes, embora com taxas de execução mais baixas que os dois grupos anteriores, apresentam também uma elevada aproximação às respetivas previsões, uma vez que, na grande maioria dos casos, correspondem a receita com

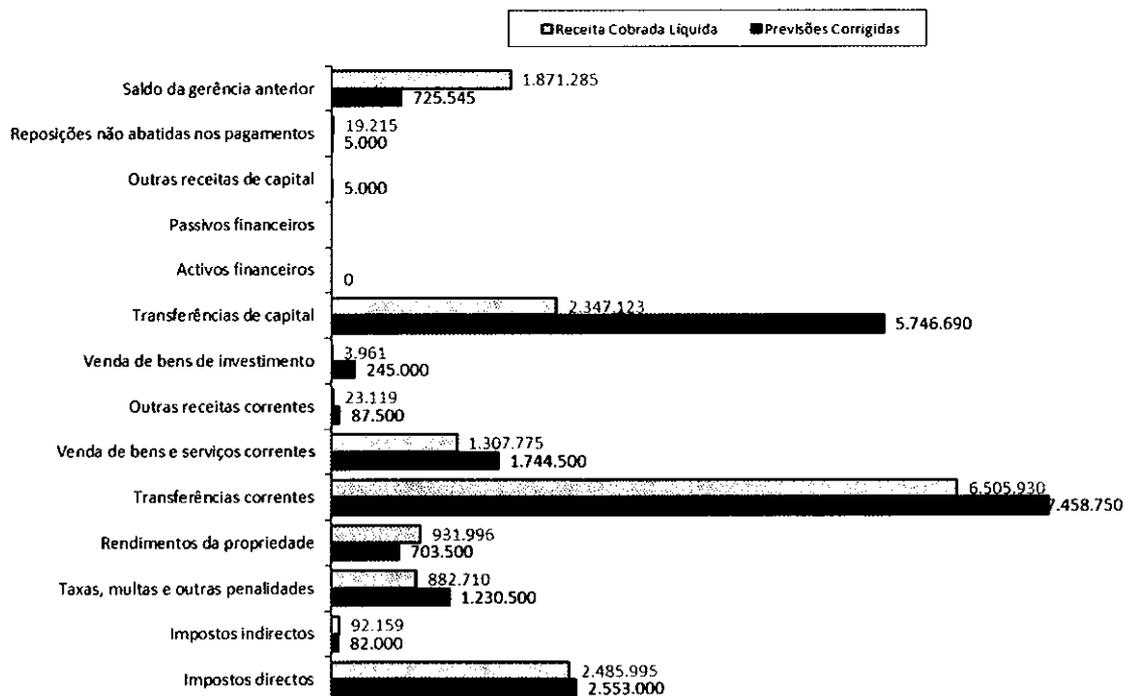


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

elevado realismo de previsão ou com obrigações de não empolamento incorporadas nas regras de elaboração dos documentos previsionais.

Em termos absolutos, as maiores diferenças ocorrem nas transferências, sendo que as de capital apresentam um *gap* de 4,46 milhões de euros enquanto que nas transferências correntes essa diferença é de 868 mil euros. O *gap* verificado nas transferências de capital resulta, essencialmente, da indefinição inicial nas condições de acesso aos fundos do Portugal 2020, que não permitiram concretizar os investimentos que estavam associados às verbas inscritas como receitas e, naturalmente, as receitas que os mesmos gerariam a título de financiamentos externos.

Os grupos de Taxas, multas e outras penalidades e de Venda de bens e serviços correntes, apresentam também diferenças de mais de 300 mil euros cada um, que derivam de *gap's* de cobrança nos serviços de saneamento básico, que evidenciam a persistência de algum deficit tarifário nestes setores do abastecimento de água e de saneamento, mas também de outras áreas como a cobrança de tributos pelas utilidades concedidas pela Câmara Municipal em equipamentos públicos e transportes escolares facultados a utentes residentes fora da área do Município de Oliveira do Hospital.



Tal como já havia ocorrido em 2013, o ano de 2014 acentuou ainda mais a diferença entre as taxas de execução receitas correntes em comparação com as receitas de capital, situando-se estas numa proporção ainda mais reduzida, no caso, de apenas 21,79%.

Outro tipo de comparação é também possível e igualmente demonstrativa do estado de contenção financeira a que o Município esteve obrigado também durante o ano de 2014 e que é a que estabelece a proporção das receitas de capital face ao total das receitas orçamentais realizadas efetivamente. No caso, o valor de 9,09% é bem elucidativo da cada vez maior dependência da participação financeira no Orçamento de Estado, que é

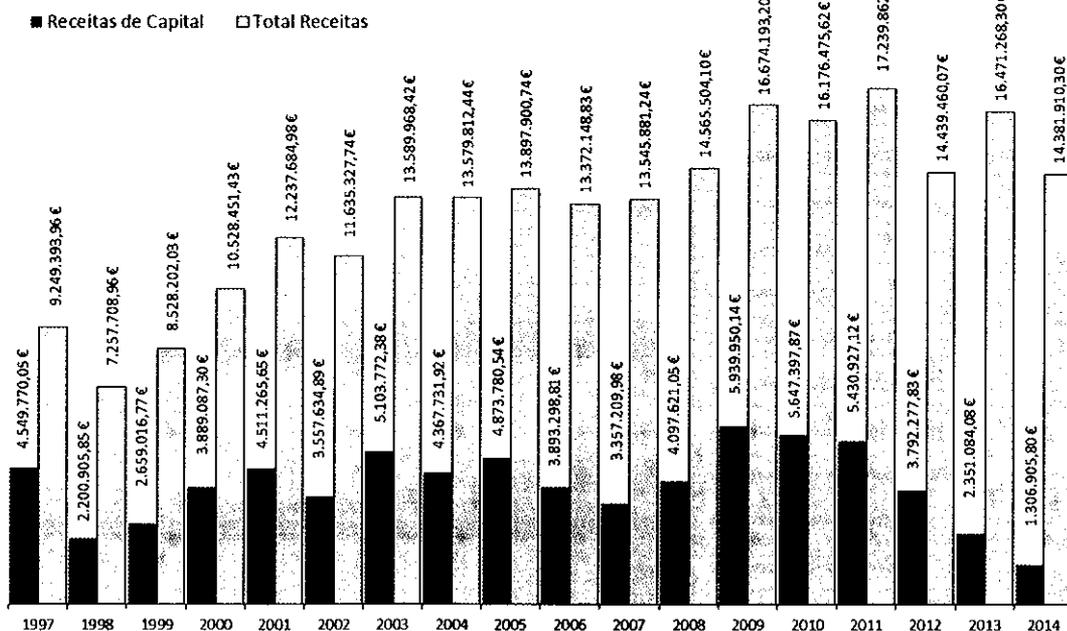


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

tanto mais grave quanto maior é o número e volume financeiro das situações de transferência de competência da administração central para os municípios sem os correspondentes meios financeiros e, noutro patamar, das competências que os municípios são obrigados a assumir junto das populações em situação de carência por escassez de apoio ou inação dos órgãos da administração central e desconcentrada do Estado.

Por seu turno, o gráfico seguinte evidencia também a comparação da situação verificado no ano de 2014 em comparação com os anos anteriores e onde, pela primeira vez deste 1997, o valor de receitas de capital, mesmo incorporando a parte do FEF capital, fica abaixo de 1,5 milhões de euros e bastante abaixo do valor de 2,2 milhões de euros registado em 1998. Outro dado que importa também realçar é o que demonstra que os anos em que os valores de receitas de capital são mais baixos coincidem com os anos de fim de ciclo dos quadros comunitários de apoio, como aconteceu com o QCA II em 1998/1999 e do QCA III em 2006/2007.

RECEITAS DE CAPITAL / RECEITAS TOTAIS - EVOLUÇÃO DESDE 1997



Esta situação é mais uma forte evidência das crescentes dificuldades que o Município tem vindo a enfrentar durante os anos de 2012, 2013 e 2014 para honrar todos os compromissos assumidos, sobretudo aqueles que decorrem das obrigações de pagamento de amortização e juros dos empréstimos contratados anteriormente à entrada em funções dos atuais responsáveis autárquicos.

Em termos absolutos, a comparação com o ano de 2013 está bem evidenciada no quadro seguinte, onde se verifica que, em termos globais, a execução do ano de 2014 se reduziu em 12,68% face ao ano anterior, correspondendo a um valor absoluto de quase 2,1 milhões de euros e que encontra explicações nos diversos fundamentos já atrás



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

mencionados quanto à redução de receitas de capital, de transferências do Orçamento de Estado e insuficiente arrecadação de receitas próprias pela venda de bens e prestações de serviços aos munícipes. As maiores diferenças em termos absolutos registam-se, precisamente, em transferências de capital, com menos 1.060.626,92 € e também na diferença de incorporação do saldo de gerência anterior que foi, em 2014, de menos 1.145.739,28 € relativamente ao saldo incorporado em 2013.

A rubrica Rendimentos de Propriedade apresenta também uma redução de 254.764,63 € que é, em larga medida, influenciada pelo valor em excesso registado em 2013 de rendas da EDP do último trimestre de 2012 que só foi registado como receita em janeiro de 2013. Em termos de diferenças positivas verificam-se as resultantes dos crescimentos nos impostos directos e indirectos e também a subida, em termos agregados, na Vendas de bens e serviços correntes, mas que apresentam subrubricas com comportamentos contraditórios entre si, como são os casos das receitas relacionadas com a venda de bens e prestação de serviços na área do saneamento básico, que registam ligeiro crescimento, em contraste com os casos de receitas pela prestação de serviços em equipamentos municipais e transportes escolares, que apresentam redução em relação a 2013.

RECEITA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Descrição Económica da Receta		Receta Corrente	Ponderação	Receta Capital	Ponderação	Variação (2014-2013)	
Classif. Funct.	Designação	(Quil. 2014)	%	(Quil. 2013)	%	€	%
01	Impostos directos	2.569.128,48 €	17,86%	2.485.995,44 €	15,09%	83.133,04 €	3,34%
02	Impostos indirectos	217.782,06 €	1,51%	92.159,09 €	0,56%	125.622,97 €	136,31%
04	Taxas, multas e outras penalidades	858.459,27 €	5,97%	882.710,31 €	5,36%	-24.251,04 €	-2,75%
05	Rendimentos da propriedade	677.230,99 €	4,71%	931.995,62 €	5,66%	-254.764,63 €	-27,34%
06	Transferências correntes	6.590.684,15 €	45,83%	6.505.929,76 €	39,50%	84.754,39 €	1,30%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.408.107,93 €	9,79%	1.307.774,87 €	7,94%	100.333,06 €	7,67%
08	Outras receitas correntes	26.799,65 €	0,19%	23.119,30 €	0,14%	3.680,35 €	15,92%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES		12.340.192,53 €	85,86%	12.229.684,89 €	74,85%	110.507,64 €	0,97%
09	Venda de bens de investimento	8.692,35 €	0,06%	3.961,13 €	0,02%	4.731,22 €	119,44%
10	Transferências de capital	1.286.496,03 €	8,95%	2.347.122,95 €	14,25%	-1.060.626,92 €	-45,19%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital	11.717,42 €	0,08%	0,00 €	0,00%	11.717,42 €	0,00%
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		1.306.905,80 €	9,09%	2.351.084,08 €	14,77%	-1.044.178,28 €	-44,41%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.266,49 €	0,01%	19.215,07 €	0,12%	-17.948,58 €	-93,41%
16	Saldo da gerência anterior	725.545,48 €	5,04%	1.871.284,76 €	11,36%	-1.145.739,28 €	-61,23%
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		726.811,97 €	5,04%	1.890.499,83 €	11,48%	-1.163.687,86 €	-61,53%
TOTAL DE RECEITAS		14.373.994,30 €	100,00%	16.471.268,80 €	100,00%	-2.097.274,50 €	-12,68%

As receitas correntes não registaram qualquer aumento significativo na comparação com o ano anterior, subindo menos de 1% e pouco mais de 100 mil euros, enquanto que as receitas de capital, tal como já referido anteriormente, apresentam uma redução significativa, tanto em relação ao ano anterior, com - 44,41%, como principalmente em relação aos restantes exercícios passados, como o gráfico anterior já demonstrava.

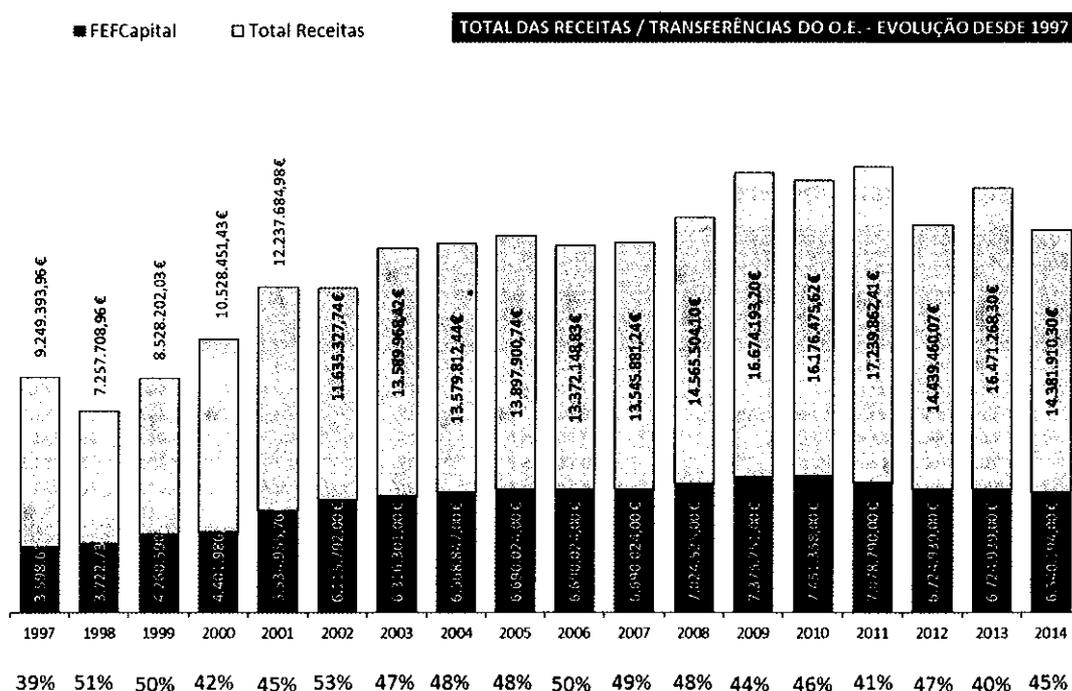
Fruto desta conjuntura recessiva em termos de obtenção de receitas por meios de transferências de capital, a maior expressão das receitas é cada vez mais assumida pelas transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, não obstante a redução de 51,5 % registada no FEF capital. Ou seja, num período em que a situação económica e financeira das famílias e das empresas não favorece a procura de soluções pela via do aumento de receitas próprias, através da aproximação entre os tributos cobrados aos utentes e os



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

custos incorridos com a venda dos bens ou com a prestação dos serviços concedidos, resta proceder ao ajustamento possível ao nível da atividade desenvolvida e da despesa assumida, de modo a manter uma situação financeira e uma reputação junto dos fornecedores em níveis reconhecidamente aceitáveis, como tem acontecido ao longo dos anos. Pode verificar-se, pelo gráfico seguinte, que o peso relativo das transferências do Orçamento de Estado face ao total das receitas é normalmente muito significativo, exceto nos anos em que ocorre uma situação mais favorável em termos de arrecadação de receitas provenientes de financiamento não reembolsável às atividades de investimento, sendo também maior nesses anos a capacidade de realização de maior volume de investimentos.



Na análise cíclica da evolução das transferências regulares do Orçamento de Estado para o Município, volta a verificar-se uma redução do valor global das mesmas transferências, em 2,75% e que veio agravar ainda mais a situação criada com as reduções de 5% nos anos de 2011 e 2012. É visível e preocupante o facto do valor de 2014 ser inferior em termos absolutos e sem o efeito de atualização do índice de preços no consumidor ao que se registou em 2004, o que torna as autarquias locais como o parente cada vez mais pobre da política de repartição de recursos do Estado.

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DE ESTADO - ANÁLISE CÍCLICA

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
FEF/FSM/PART. IRS (corrente)	4.014.014,00 €	4.291.488,00 €	4.507.256,00 €	4.733.556,00 €	4.781.325,00 €	4.549.600,00 €	4.326.790,00 €	5.525.864,00 €	5.958.504,00 €	5.958.504,00 €
FEF (capital)	2.676.010,00 €	2.398.536,00 €	2.517.269,00 €	2.642.195,00 €	2.670.033,00 €	2.529.190,00 €	2.398.149,00 €	1.199.075,00 €	581.690,00 €	581.690,00 €
SOMA	6.690.024,00 €	6.690.024,00 €	7.024.525,00 €	7.375.751,00 €	7.451.358,00 €	7.078.790,00 €	6.724.939,00 €	6.724.939,00 €	6.540.194,00 €	6.540.194,00 €
EVOLUÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,75%	-2,75%

Graficamente, a evolução das duas componentes da participação financeira no Orçamento de Estado no mesmo período de 8 anos, separadas entre receitas correntes

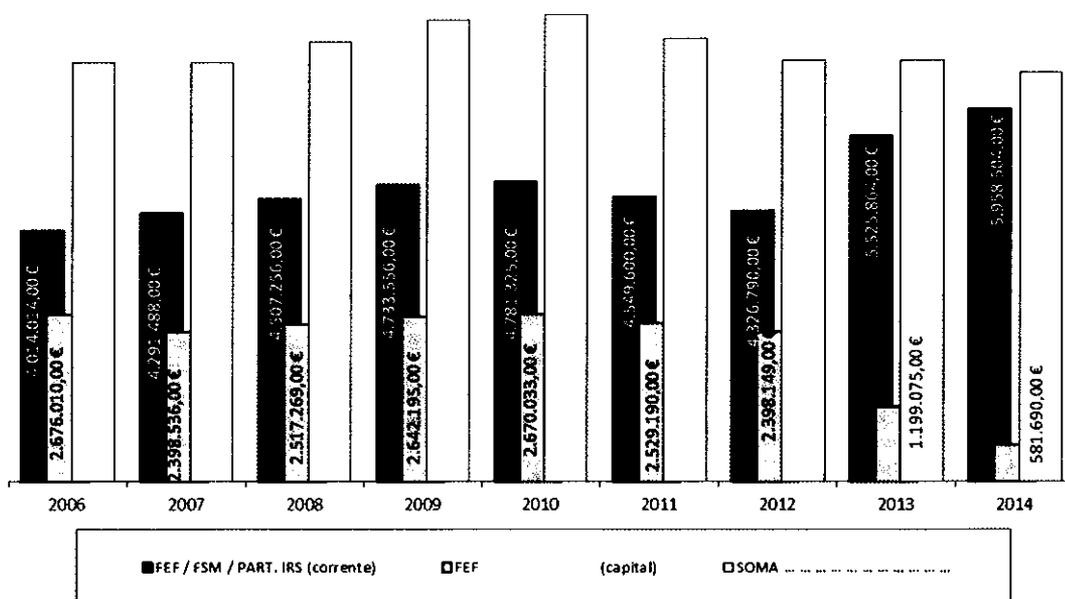


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

relativas a Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS e receitas de capital compostas exclusivamente por Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital), evidencia ainda outra realidade que não pode ser ignorada.

O decréscimo mais expressivo ocorre, precisamente, na componente de FEF Capital, o que é um sinal claro da imposição de contenções ao investimento público, neste caso, ao investimento das autarquias locais, com claro prejuízo na capacidade de realização de investimentos de correção de assimetrias locais ou regionais e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e das comunidades.

O crescimento mais significativo que ocorre na parte das transferências correntes, parecendo um sinal positivo de suporte à atividade e aos compromissos financeiros dos municípios, não é mais do que o reflexo de uma crescente transferência de competências, muitas vezes sem os necessários formalismos de delegação, mas em que as mesmas competências não são proporcionalmente acompanhadas dos adequados mecanismos financeiros, tal como tem vindo a ser demonstrado na realidade.



Como o gráfico pode demonstrar, o valor do FEF Capital baixou para patamares nunca antes observados, enquanto que os Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, que compõem a parte corrente, beneficiaram de algum aumento mas, apesar de tudo, não evitando que, no total, toda a participação no Orçamento de Estado venha a cair desde 2011, inclusive.

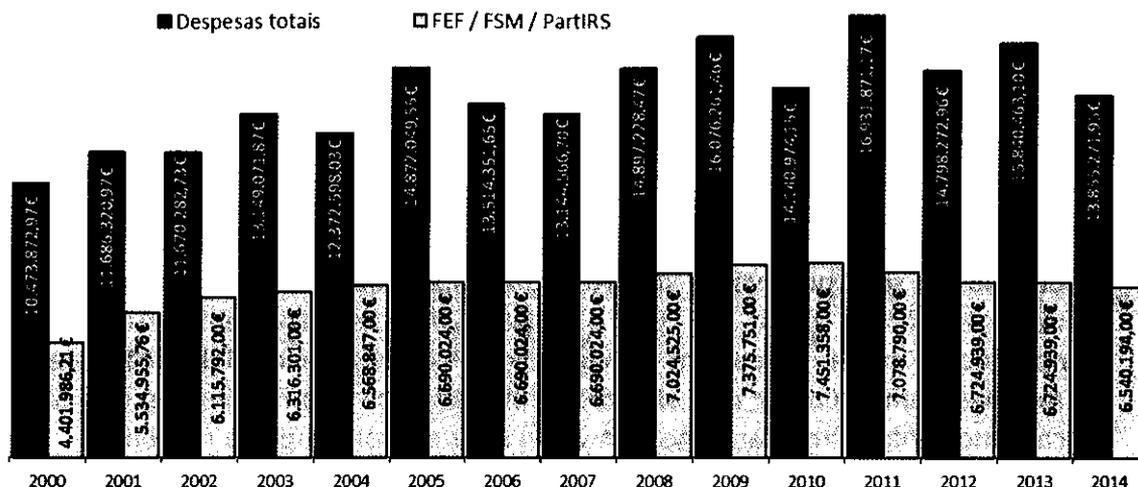
Noutra perspetiva de análise, também bastante simbólica quanto à atual estrutura de financiamento das autarquias locais que não podem dispor do mesmo nível de receitas próprias que é obtido pelos principais municípios do litoral, pode também observar-se a já insistentemente referida dependência das transferências do Orçamento de Estado. Neste caso, o gráfico evidencia o peso relativo dessas transferências no total da despesa realizada em cada exercício, sendo bastante evidente que as variações ocorridas no nível



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

de despesa não resultam tanto de variações positivas ou negativas do FEF, mas da capacidade de dispor de outros financiamentos externos não reembolsáveis.



Quanto às despesas, o crescimento da respetiva taxa de realização, que foi de 67,30% acompanhou o crescimento também verificado na taxa de realização das receitas.

DESPESA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Despesa	Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação Previsões	Despesa paga total	Variações e taxa de execução		
Classif.	Despesa		(%)		€	%	
01	Despesas com o pessoal	4.066.440,00 €	3.934.990,00 €	-3,23%	3.858.385,79 €	-76.604,21 €	98,05%
02	Aquisição de bens e serviços	6.493.500,00 €	6.889.175,48 €	6,09%	4.769.642,25 €	-2.119.533,23 €	69,23%
03	Juros e outros encargos	65.500,00 €	79.310,00 €	21,08%	57.162,79 €	-22.147,21 €	72,08%
04	Transferências correntes	1.462.500,00 €	1.861.060,00 €	27,25%	1.495.467,06 €	-365.592,94 €	80,36%
05	Subsídios	80.000,00 €	131.500,00 €	64,38%	124.745,65 €	-6.754,35 €	94,86%
06	Outras despesas correntes	415.000,00 €	223.950,00 €	-46,04%	172.022,13 €	-51.927,87 €	76,81%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		12.562.940,00 €	13.110.925,48 €	4,27%	10.477.424,67 €	-2.642.559,61 €	79,80%
07	Aquisição de bens de capital	5.263.500,00 €	5.452.000,00 €	3,58%	2.124.913,87 €	-3.327.086,13 €	38,97%
08	Transferências de capital	1.534.000,00 €	1.498.500,00 €	-2,31%	741.601,62 €	-756.898,38 €	49,49%
09	Activos financeiros	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00%	0,00 €	-2.500,00 €	0,00%
10	Passivos financeiros	476.000,00 €	511.500,00 €	7,46%	511.330,79 €	-169,21 €	99,97%
11	Outras despesas de capital	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00%	0,00 €	-2.500,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		7.278.500,00 €	7.467.000,00 €	2,89%	3.377.846,28 €	-4.089.653,72 €	45,24%
TOTAL DE DESPESAS E TAXA DE EXECUÇÃO		19.841.440,00 €	20.577.925,48 €	3,65%	13.855.271,95 €	-6.731.718,53 €	67,30%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS DESPESAS							67,30%

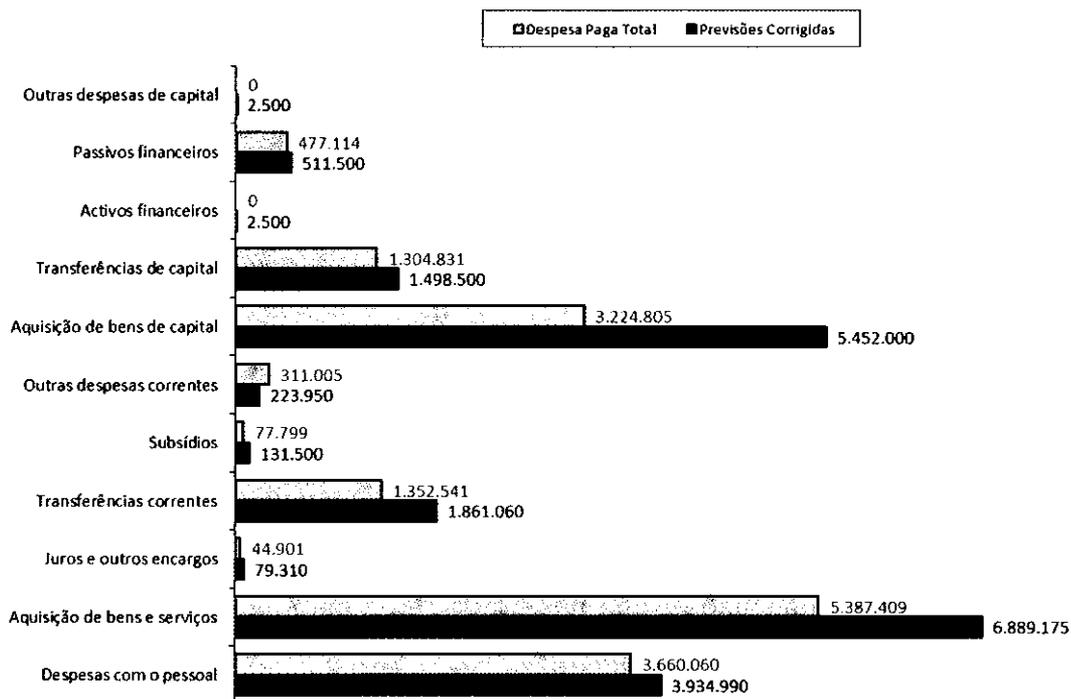
Analisando as variações de cada um dos capítulos da despesa face às previsões corrigidas por efeito das modificações orçamentais, é mais significativa a baixa taxa de realização no Capítulo Económico 07 – Aquisição de bens de capital, com 38,97% das respetivas previsões corrigidas. Este dado é igualmente relevante em termos absolutos, uma vez que, na comparação entre 2013 e 2014, o último exercício registou um decréscimo de quase 1,1 milhões de euros, cujos fundamentos foram já anteriormente aduzidos. À semelhança do que vem já ocorrendo em exercícios anteriores, o Capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços apresenta uma diferença significativa em termos absolutos, entre a previsão e a execução, na medida em que é neste agregado que existe maior elasticidade na implementação de medidas de contenção de gastos e de obtenção de ganhos de eficiência com impacto nos custos do funcionamento dos equipamentos municipais, seja em matéria de recursos humanos, seja também em relação aos recursos físicos aplicados



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

a cada realização física ou ocorrência, de modo a que, não prejudicando os propósitos que lhes estão inerentes, possam os mesmos ser alcançados com menor afetação de recursos. Em termos relativos a taxa de execução cifrou-se nos 69,23%.

Do lado das despesas de capital, a maior diferença entre previsão e execução encontra-se na Aquisição de bens de capital, que incorpora os Investimentos. Esta taxa de execução, também já anteriormente abordada sob diversas perspetivas, decorre precisamente da necessidade de conter os investimentos aos recursos financeiros disponíveis em cada momento, sendo que, como é reconhecido, este já não é o momento de obtenção de fundos no âmbito do QREN 2007-2013 e ainda não é o momento de iniciar a captação de novos financiamentos através do Portugal 2020 e, sucedaneamente, do Centro 2020.



O gráfico anterior demonstra a mesma realidade, embora expressa de modo diferente, mas igualmente conclusivo quanto à evidência de um excesso de previsão habitualmente aplicável a alguns agregados da despesa, em consequência da indispensável elasticidade que permite acomodar intenções de investimento que apenas poderão concretizar-se caso surjam oportunidades de financiamento externo para essas intenções, o que manifestamente não foi o caso no exercício de 2014.

Em sentido diferente pode também observar-se que nos capítulos 01 – Despesas com pessoal e 10 – Passivos financeiros, existe uma elevada adesão da realização efetiva aos valores previstos, o que é consequência destas despesas permitirem um maior rigor na sua previsão aquando da preparação da informação prospetiva.

Quanto à evolução bienal das despesas pagas por classificação económica, por comparação entre os anos de 2014 e de 2013, conclui-se ter havido um decréscimo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

global de 12,53 %, que resulta de um comportamento convergente entre as despesas correntes e as despesas de capital, embora estas se tenham reduzido de forma mais substancial face a 2013 pelas razões já antes indicadas e com a devida fundamentação.

DESPESA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL						
Descrição Económica de Despesa	Despesas Correntes (Total 2013)	Porcentagem	Despesas de Capital (Total 2013)	Porcentagem	Variação (2014/2013)	
Código	€	%	€	%	€	%
01 Despesas com o pessoal	3.858.385,79 €	27,85%	3.660.059,89 €	23,11%	198.325,90 €	5,42%
02 Aquisição de bens e serviços	4.769.642,25 €	34,42%	5.387.408,51 €	34,01%	-617.766,26 €	-11,47%
03 Juros e outros encargos	57.162,79 €	0,41%	44.900,78 €	0,28%	12.262,01 €	27,31%
04 Transferências correntes	1.495.467,06 €	10,79%	1.352.540,76 €	8,54%	142.926,30 €	10,57%
05 Subsídios	124.745,65 €	0,90%	77.799,20 €	0,49%	46.946,45 €	60,34%
06 Outras despesas correntes	172.022,13 €	1,24%	311.004,55 €	1,96%	-138.982,42 €	-44,69%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	10.477.425,67 €	75,62%	10.839.713,69 €	68,38%	-362.288,02 €	-3,29%
07 Aquisição de bens de capital	2.124.913,87 €	15,34%	3.224.804,91 €	20,36%	-1.099.891,04 €	-34,11%
08 Transferências de capital	741.601,62 €	5,35%	1.304.830,55 €	8,24%	-563.228,93 €	-43,16%
09 Activos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
10 Passivos financeiros	511.330,79 €	3,69%	477.113,95 €	3,01%	34.216,84 €	7,17%
11 Outras despesas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	3.377.846,23 €	24,38%	5.006.749,41 €	31,62%	-1.628.903,18 €	-32,53%
TOTAL DE DESPESAS	13.855.271,95 €	100,00%	15.846.463,10 €	100,00%	-1.985.191,15 €	-12,53%

Dentro do grupo das despesas de capital apenas a rubrica Passivos Financeiros registou aumento e que decorre dos compromissos com o serviço da dívida, enquanto que as restantes rubricas registaram reduções muito significativas, sobretudo em termos absolutos.

No contexto das despesas correntes, já foi referida a redução na rubrica Aquisição de bens e serviços, na qual se operam necessariamente os ajustamentos à realidade financeira evidenciada pelas disponibilidades de tesouraria e a que se lhe junta, também com reduções, a rubrica Outras despesas correntes, com menos 138.982,42 €.

Do lado das variações positivas, as despesas com pessoal surgem com um ligeiro aumento em termos globais, de 5,42% e que, como pudemos referir na parte dedicada aos Recursos Humanos, não resulta necessariamente do aumento das despesas com o pessoal dos quadros ou qualquer outro com vínculo de carácter duradouro, mas do impacto que em 2014 foi bastante acentuado em termos financeiros, mas também social, da incorporação de trabalhadores desempregados ou jovens à procura de primeiro emprego com recurso aos programa e medidas do IEFP. Neste caso, o aumento da rubrica reflete o encargo bruto desta opção política, sendo que, em termos líquidos, esse impacto foi largamente minimizado pelos financiamentos obtidos através do IEFP, como também já se havia demonstrado anteriormente.

Em termos absolutos, as transferências correntes registam também um aumento significativo face a 2013, que em parte é justificado pelo crescimento das verbas atribuídas às freguesias e uniões de freguesias a título de transferências correntes, compensado pela redução operada nas transferências de capital para as mesmas entidades, de tal modo que, no seu conjunto, as transferências para as freguesias sofreram um ajustamento de cerca de 290 mil euros abaixo do verificado em 2013.

Apesar da redução de mais de 600 mil euros na rubrica de Aquisição de bens e serviços, esta continua sob forte influência dos custos de aquisição de água para distribuição ao domicílio e de prestação de serviços de recolha e tratamento de águas residuais.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Procede-se à atualização do quadro que contém a informação da faturação apresentada pela empresa Águas do Zêzere e Côa, SA, onde nos é permitido observar a evolução que os encargos com abastecimento de água e recolha e tratamento de águas residuais têm tido ao longo dos últimos 6 anos e da pressão enorme que os mesmos colocam na estrutura de custos do Município.

Não fora a contestação de algumas faturas, apresentada pelo Município junto da entidade prestadora e teríamos em 2014 um novo crescimento deste encargo face ao ano anterior, no caso de perto de 2%. Aguarda-se, por isso, com particular expectativa a evolução do processo de harmonização tarifária entre o litoral e o interior do país e que, não obstante a reação de alguns municípios, poderá vir a tornar-se uma realidade com claros benefícios para os territórios de baixa densidade e para o Município de Oliveira do Hospital em particular.

Como se pode verificar, quer no abastecimento de água, quer no saneamento, o crescimento anual tem vindo a ocorrer numa dimensão muito significativa, desde logo na transição de 2009 para 2010, mas também nos anos seguintes em menor escala em termos relativos face ao ano anterior, mas registando-se crescimentos a uma média de 350 mil euros anuais. Por seu lado, os crescimentos face ao valor registado no ano de 2009 são igualmente muito significativos.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DIRETOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO						
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Abastecimento de água	58.758,15 €	490.744,35 €	669.623,23 €	786.114,85 €	812.045,49 €	778.846,66 €
Saneamento de águas residuais	150.886,80 €	293.756,70 €	325.579,50 €	628.152,90 €	800.192,20 €	861.686,89 €
SOMA	209.644,95 €	784.501,05 €	995.202,73 €	1.414.267,75 €	1.612.237,69 €	1.640.533,55 €
Evolução face ao ano anterior		278,0%	26,0%	29,1%	14,0%	1,7%
Evolução anual face ao ano de 2009		278,0%	372,4%	674,6%	669,0%	682,5%

Voltou a verificar-se de forma ainda mais expressiva a tendência de afetação de uma boa parte das receitas correntes a despesas de capital, privilegiando assim a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas.

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS					
RECEITAS			DESPESAS		
Receitas Correntes	13.075.004,50 €	90,91%	Despesas Correntes	10.477.425,67 €	75,62%
Receitas de Capital	1.306.905,80 €	9,09%	Despesas de Capital	3.377.846,28 €	24,38%
TOTAL RECEITAS	14.381.910,30 €	100,00%	TOTAL DESPESAS	13.855.271,95 €	100,00%

Resulta do quadro e dos gráficos que se apresentam em seguida que as receitas de capital corresponderam a 9,09% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de quase o triplo (24,38%) face à totalidade das despesas, havendo, por isso, uma transferência de mais de 15% das receitas para despesas de capital. Esta situação mostra uma realidade que foi possível de obter no ano de 2014 e que já havia ocorrido em 2013, fruto da ainda menor arrecadação de receitas provenientes de fundos comunitários, mas também da preferência dada no orçamento de estado às transferências correntes em detrimento das transferências de capital, o que coloca cada vez mais as autarquias como intermediários na realização de encargos correntes e menos como agentes de desenvolvimento económico através da realização de investimentos,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

prejudicando-as assim no cumprimento de um propósito em que, comprovadamente, são mais eficientes que qualquer outro nível da administração pública.

RECEITAS



DESPESAS



Tendo em conta a evolução recente da participação municipal no Orçamento do Estado, já anteriormente abordada, é importante cruzar, não apenas esse valor, mas todo o conjunto das receitas correntes, com o comportamento das despesas com pessoal.

COMPARATIVO: DESPESAS COM PESSOAL - RECEITAS CORRENTES									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas com Pessoal	3.686.994,21 €	4.009.550,06 €	4.081.872,55 €	4.128.829,19 €	4.249.807,26 €	3.968.849,03 €	3.501.392,60 €	3.660.059,89 €	3.858.385,79 €
Receitas Correntes	9.478.850,02 €	10.188.671,26 €	10.467.883,05 €	10.734.243,06 €	10.529.077,75 €	11.808.935,29 €	10.647.182,24 €	14.120.184,22 €	13.075.004,50 €
Dp. Pessoal/Re. Correntes	38,80%	39,31%	38,99%	38,48%	40,28%	33,21%	32,89%	25,82%	29,51%
Exp. Desp. Pessoal / R. Correntes	39,27%	39,78%	39,10%	38,75%	39,05%	28,61%	31,78%	22,6%	29,82%

Num intervalo comparativo de 9 anos, pode observar-se que apenas em 2013 e 2014 foi obtido um rácio de despesas com pessoal face às receitas correntes inferior a 30%, no caso concreto, de 25,92% e 29,51% respetivamente e isto nos dois anos mais recentes em que as despesas com pessoal cresceram face aos exercícios anteriores, 4,53% em 2013 e 5,42% em 2014, sendo que esse crescimento ocorreu, como já foi referido, por efeito da aplicação das medidas de combate ao desemprego através da integração de desempregados e jovens à procura do primeiro emprego, com recurso a apoios do IEFP.

O ano de 2014 voltou a colocar esse rácio junto dos 30%, ainda que continue a ser o segundo mais baixo do intervalo comparativo, crescimento esse que, embora sendo consequência do crescimento das despesas com pessoal, não deriva maioritariamente desse agregado da despesa, mas de forma muito mais expressiva do contributo para o mesmo cálculo que é dado pelo decréscimo das receitas correntes.

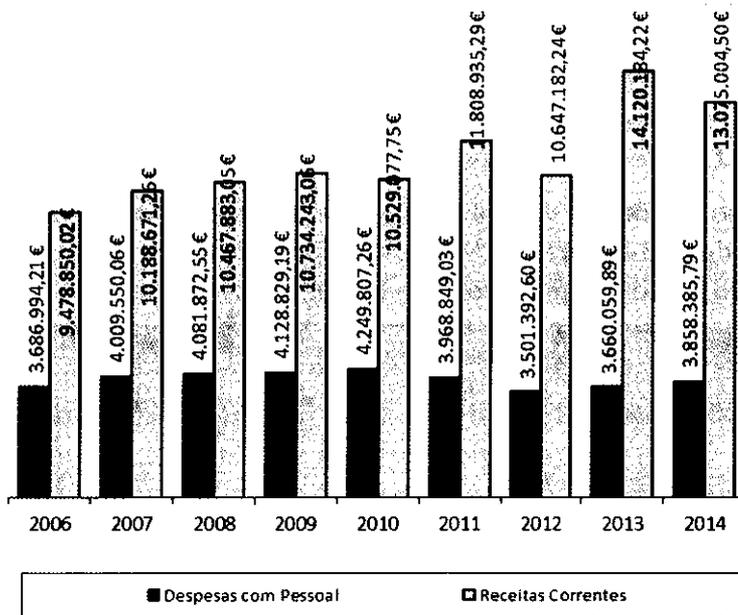
Graficamente, pode também observar-se o comportamento ao longo dos últimos 9 anos do quociente entre Despesas com Pessoal e Receitas Correntes, o qual evidencia o crescimento extraordinário das receitas correntes no ano de 2013, corrigido depois no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

exercício de 2014. Por seu lado, permite também observar o comportamento



relativamente constante das despesas com pessoal, cujo crescimento é consequência de fatores de caráter extraordinário, sem qualquer efeito de continuidade nos custos fixos da entidade.

O crescimento que vinha sendo verificado nas despesas com pessoal, interrompido nos anos de 2011 e 2012, é uma consequência da necessidade de manter uma situação financeira equilibrada na autarquia,

mas também um efeito das medidas de austeridades que afetaram a generalidade dos trabalhadores da administração pública. Embora essas medidas tenham tido continuidade nos anos de 2013 e 2014, o aumento das despesas com pessoal, embora ligeiro, voltou a verificar-se, em consequência deste agregado incluir na sua composição os encargos resultantes da incorporação temporária de desempregados.

Noutro prisma de observação, temos a relação entre Investimentos e Transferências de Capital, que é sempre muito direta e que se reproduz no quadro seguinte.

COMPARATIVO: TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS										
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Transf. Capital (Receitas)	3.886.450,88 €	3.350.131,23 €	2.794.225,84 €	4.236.897,76 €	3.645.423,49 €	5.418.571,65 €	3.787.026,22 €	2.347.122,95 €	1.286.496,03 €	
Investimentos	4.505.241,70 €	3.359.195,05 €	5.249.942,66 €	6.162.757,58 €	3.312.895,59 €	5.212.297,16 €	3.519.157,45 €	3.224.804,91 €	2.124.913,87 €	
Investimentos/Tr. Cap.	1,16	1,00	1,88	1,45	0,91	0,96	0,93	1,37	1,65	

Essa interdependência tem sido objeto de abordagem ao longo do presente documento, na qual se justifica a relação diretamente proporcional entre a capacidade de realização de despesas em investimentos e a possibilidade de obtenção dos fundos comunitários que se destinam a alavancar esses investimentos, numa lógica de coesão entre os territórios e de convergência do desenvolvimento e da qualidade de vida com os níveis médios europeus. Essa relação tem sofrido algumas oscilações ao longo dos anos, mas é comum verificar a existência de um volume de investimentos superior ao montante obtido em transferências de capital, demonstrando-se, assim, a afetação ao mesmo propósito do investimento, de outros recursos para além dos financiamentos externos.

Tal como em 2013, também o ano de 2014 apresenta um rácio muito favorável entre investimentos e transferências de capital (1,65), num ano em que ambos os valores decresceram face ao exercício anterior. Ou seja, verificou-se que, apesar de todos os constrangimentos, o volume de realização em investimentos reduziu-se em menor proporção da redução operada nas transferências de capital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Esta situação é ainda mais sintomática das opções em matéria de investimentos por parte do executivo em permanência, na medida em que uma parte significativa do valor de investimento registado em 2013 incluiu transferências de capital para as freguesias e uniões de freguesias no montante de 643.112,09 €, ao passo que o volume de transferências em 2014 em termos de cooperação com as freguesias se repartiu de forma mais equilibrada entre transferências de capital e transferências correntes.

Em matéria de endividamento, o quadro seguinte contém a evidenciação da situação da dívida em 31 de dezembro de 2014, apresentada com separação entre dívida a curto prazo e dívida a médio e longo prazo e com a evolução dos últimos nove anos.

ENDIVIDAMENTO - ANÁLISE CÍCLICA									
Distinção	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida de curto prazo	224.617,61 €	466.278,04 €	448.592,94 €	477.170,08 €	825.733,27 €	1.608.013,47 €	1.844.626,06 €	1.515.965,16 €	1.157.594,25 €
Dívida M/L prazo	2.388.621,14 €	2.150.479,14 €	3.212.538,18 €	4.607.707,35 €	6.154.613,34 €	5.636.678,23 €	5.126.823,39 €	4.624.159,64 €	4.104.992,95 €
Evolução face ao ano anterior	7,44%	0,13%	28,23%	43,06%	27,43%	-8,98%	-9,87%	-10,37%	-16,68%
Dívida M/L prazo / Total Dívida	91,40%	82,18%	87,75%	90,92%	88,17%	77,80%	78,54%	75,31%	78,00%

Pode desde logo observar-se que, no seu conjunto, a dívida diminuiu em 16,68%, equivalente a 877.537,60 €, dos quais 519.166,69 € correspondem à redução na dívida de médio/longo prazo e 358.370,91 € à dívida de curto prazo, também entendida como dívida de trânsito entre exercícios.

No empréstimo de 5 milhões de euros, contratado no final de 2007 e com início de utilização em 2008, já estão em curso movimentos de amortização do montante emprestado, que se reduziu já em cerca de 1,3 milhões de euros. Por seu lado, foi já saldada quase na totalidade a dívida solidária dos municípios associados relativa aos empréstimos contratados pela AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, cujo impacto nas contas do Município é agora insignificante.

Em termos proporcionais e por efeito do considerável decréscimo da dívida a curto prazo, o rácio entre dívida de médio/longo prazo e o total da dívida voltou a subir para valor próximo dos 80%, tornando assim menos relevante e penoso o impacto na execução orçamental da dívida de curto prazo.

Ao longo do ano de 2014 e relativamente ao Orçamento foram levadas a efeito modificações orçamentais que alteraram o valor global do mesmo em apenas 3,65%, por efeito da incorporação nas receitas e consequente distribuição nas despesas do saldo de gerência anterior, que gerou um aumento absoluto na dotação global de 725.545,00 €.

ORÇAMENTO - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES				
Descrição	2013	2014	2015	2016
RECEITAS	20.162.210,00 €	20.162.210,00 €	20.162.210,00 €	20.162.210,00 €
DESPESAS	20.162.210,00 €	20.162.210,00 €	20.162.210,00 €	20.162.210,00 €
VARIACÃO AUMENTANTE DE DOTAÇÃO INICIAL				3,65%

Relativamente às receitas, portanto, ocorreu a inscrição da importância de 725.545,00 € e, no que diz respeito às despesas, tal como se pode verificar no quadro anterior, houve Inscrições/Reforços no montante de 2.891.165,48 €, e Diminuições/Anulações no valor de -2.165.620,00 €, que resultaram nos aumentos já acima mencionados.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Pela análise ao Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas, aqui apresentado segundo uma estrutura que permita uma observação de ponderações e variações, pode verificar-se que o Balanço registou uma variação negativa de -1,89% face ao Balanço do ano de 2013, ou seja, não sofreu alterações significativas no seu total.

BALANÇO DO EXERCÍCIO

ACTIVO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIÁÇÕES	
	2014	2013	2012		2014	2014-2013
ACTIVOS NÃO CORRENTES						
Bens do domínio público	22.412.019,43 €	22.974.282,23 €	23.878.503,65 €	58,96%	-2,45%	-3,79%
Imobilizado incorpóreo						
Imobilizado corpóreo	13.113.858,57 €	13.240.473,60 €	11.754.495,05 €	34,50%	-0,96%	12,64%
Investimentos financeiros	1.195.592,58 €	511.780,01 €	511.780,01 €	3,15%	133,61%	
Propriedades de investimento						
Clientes e outros devedores						
Activos por impostos diferidos						
TOTAL DE ACTIVOS NÃO CORRENTES	36.721.470,58 €	36.726.535,84 €	36.144.778,71 €	96,61%	-0,01%	1,81%
ACTIVOS CORRENTES						
Existências						
Clientes	217.724,36 €	157.759,28 €	66.476,44 €	0,57%	38,01%	137,32%
Outros devedores						
Estado e outros entes públicos	32.511,12 €	37.940,21 €	24.879,55 €	0,09%	-14,31%	52,50%
Outros activos correntes	371.138,07 €	275.633,19 €	584.213,04 €	0,98%	34,65%	-52,82%
Caixa e seus equivalentes	667.015,13 €	818.552,45 €	1.929.082,95 €	1,75%	-18,51%	-57,57%
TOTAL DE ACTIVOS CORRENTES	1.289.388,68 €	1.289.885,13 €	2.604.651,98 €	3,39%	-0,12%	-50,48%

PASSIVO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIÁÇÕES	
	2014	2013	2012		2014	2014-2013
PASSIVOS NÃO CORRENTES						
Endividamento	3.640.904,41 €	4.140.201,62 €	4.618.199,78 €	9,58%	-12,06%	-10,35%
Credores diversos						
Provisões						
Outros passivos não correntes						
Passivos por impostos diferidos						
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES	3.640.904,41 €	4.140.201,62 €	4.618.199,78 €	9,58%	-12,06%	-10,35%
PASSIVOS CORRENTES						
Endividamento	463.396,30 €	475.429,88 €	474.545,67 €	1,22%	-2,53%	0,19%
Fornecedores	1.045.831,60 €	1.176.859,18 €	1.352.445,35 €	2,75%	-11,13%	-12,98%
Credores diversos	749.815,12 €	290.088,31 €	451.801,07 €	1,97%	158,48%	-35,79%
Estado e outros entes públicos	45.481,29 €	49.003,83 €	40.274,46 €	0,12%	-7,19%	21,67%
Outros passivos correntes	13.436.747,55 €	13.438.920,81 €	12.319.513,14 €	35,35%	-0,02%	9,09%
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES	15.741.271,86 €	15.430.302,01 €	14.638.579,69 €	41,41%	2,02%	5,41%

CAPITAL PRÓPRIO	VALORES			PONDERAÇÕES	VARIÁÇÕES	
	2014	2013	2012		2014	2014-2013
Património	7.153.915,76 €	7.153.915,76 €	7.153.915,76 €	18,82%		
Reservas legais	941.923,60 €	941.923,60 €	941.923,60 €	2,48%		
Subsídios	25.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €	0,07%		
Doações	334.553,97 €	334.553,97 €	334.553,97 €	0,88%		
Resultado transitado	9.990.524,01 €	10.442.643,23 €	11.117.364,65 €	26,28%	-4,33%	-6,07%
Resultado líquido exercício	181.765,65 €	-452.119,22 €	-80.106,76 €	0,48%		
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	18.627.682,99 €	18.445.917,34 €	19.492.651,22 €	49,01%	0,99%	-5,37%

Analisando mais detalhadamente, podem no entanto encontrar-se algumas variações parcelares de que importa dar a devida nota. Em primeiro lugar, verificou-se um considerável aumento da conta de Investimentos financeiros, numa taxa de 133,61% e que em termos absolutos é também relevante, dado o montante de crescimento de 683.812,57 €. Tal subida resulta da subscrição, pelo montante referido, do FAM – Fundo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

de Apoio Municipal. Do lado do passivo é a conta de Credores diversos que apresenta a maior subida com o aumento de 459.726,81 € (158,48%).

Em termos de alterações de variação negativa, as que se apresentam com maior expressão absoluta são as ocorridas na conta de Bens do domínio público, com -562.262,80 € (-2,45%), na conta de Resultado transitado com -452.119,22 € (-4,33%) e que incorpora o resultado líquido do exercício de 2013 e, de forma menos expressiva, na conta de Caixa e seus equivalentes, com -151.537,32 € (-18,51%). Ou seja, não ocorreram variações que, por si mesmas, pudessem provocar uma diminuição ou um crescimento mais acentuados no total do balanço, sendo que as variações registadas se repartem pelas 3 componentes de forma bastante equilibrada.

Quanto ao peso relativo das diversas contas face à totalidade do balanço, continua a verificar-se que a conta de maior expressão volumétrica é a de Bens do domínio público, a qual registou em 2014 uma operação de atualização da conta de Imobilizações em curso, procedendo à respetiva transição para imobilizado. Do lado do Passivo é a Conta de Outros passivos correntes que assume a posição de maior destaque, com 35,35% do total do balanço, na qual se encontram concentrados todos os movimentos de aplicação do princípio da especialização dos exercícios, que determina que os proveitos e os custos sejam reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Ou seja, esta conta incorpora os acréscimos de custos incorridos no próprio ano económico, mas regularizáveis apenas em momento posterior, bem como os proveitos diferidos que, no essencial, englobam todos os financiamentos externos já recebidos em termos de tesouraria, mas que apenas são reconhecidos efetivamente ao longo da vida útil contabilística dos investimentos a que se dirigiram.

É de referir mais uma vez que, também neste aspeto, tem sido proveitosa para a atividade dos serviços municipais a diversos níveis a participação da sociedade de revisores oficiais de contas, de tal modo que tem sido possível obter a validação da grande maioria dos movimentos contabilísticos que têm vindo a ser observados pelos serviços municipais e, ao mesmo tempo, da correção de outros em que os pontos de vista da SROC foram merecedores de acolhimento.

No Capital próprio a conta de maior expressão absoluta e relativa é a do Resultado transitado, com um montante de 9.990.524,01 € (26,28%). Ainda quanto ao Capital próprio salienta-se também o valor registado como Resultado Líquido do exercício, que mais adiante se abordará, mas que reflete um regresso a valores positivos que já não se registavam desde o exercício de 2011.

Pode também verificar-se da análise ao Balanço que o exercício de 2014 afirma uma vez mais uma situação de escassez de liquidez, com um rácio de 8,18%, que é igual em liquidez geral e em liquidez reduzida, devido à inexistência de movimentos na conta de Existências. Quanto à situação financeira de médio e longo prazo, verifica-se a ocorrência de um rácio de endividamento de 50,99%, de um rácio de cobertura do imobilizado de 60,64% e um rácio de solvabilidade total de 96,11%, os quais se apresentam como indicadores favoráveis da atual situação financeira do Município.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Apresenta-se em seguida a Demonstração de Resultados, segundo uma Estrutura de Proveitos e Custos, a qual permite enquadrar no presente Relatório alguns indicadores de análise considerados de maior relevância informativa.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	VALORES			PONDERAÇÕES		VARIACÕES	
	2014	2013	2012	2014	2014-2013	2013-2012	
Vendas e Prestações de serviços	1.403.226,67 €	1.251.152,08 €	1.262.872,45 €	11,21%	12,15%	-0,93%	
Outros proveitos	-7.080,95 €	-12.977,82 €	-10.351,33 €	-0,06%	-45,44%	25,37%	
Custos das mercadorias e dos subcontratos							
Resultado Bruto	1.396.145,72 €	1.238.174,26 €	1.252.521,12 €	11,15%	12,76%	-1,15%	
Fornecimentos e serviços externos	-5.685.349,59 €	-5.995.919,11 €	-5.932.853,41 €	45,41%	-5,18%	1,06%	
Custos com o pessoal	-3.818.721,71 €	-3.584.389,94 €	-3.552.840,69 €	30,50%	6,54%	0,89%	
Impostos e Taxas	3.575.868,06 €	3.442.021,75 €	3.580.994,70 €	28,56%	3,89%	-3,88%	
Transferências e subsídios obtidos	7.540.228,76 €	7.759.313,26 €	7.635.522,73 €	60,23%	-2,82%	1,62%	
Outros proveitos / (custos) operacionais	-1.822.753,98 €	-1.516.782,41 €	-1.296.088,56 €	-14,56%	-20,17%	17,03%	
	-210.728,46 €	104.243,55 €	434.734,77 €	1,68%	-902,13%	-76,02%	
EBITDA	1.185.417,26 €	1.342.417,81 €	1.687.255,89 €	9,47%	-11,70%	-20,44%	
Amortizações	-1.844.349,78 €	-1.598.968,97 €	-1.491.731,31 €	14,73%	15,35%	7,19%	
Provisões	-8.484,64 €	-12.800,52 €		0,07%			
	-1.852.834,42 €	-1.611.769,49 €	-1.491.731,31 €	14,80%	14,96%	8,08%	
EBIT - Resultado operacional	-667.417,16 €	-269.351,68 €	195.524,58 €	-5,33%	147,79%	-237,76%	
Proveitos e ganhos financeiros	673.878,79 €	779.328,18 €	706.869,26 €	5,38%	-13,53%	10,25%	
Custos e perdas financeiras	-112.587,28 €	-111.305,50 €	-110.589,81 €	0,90%	1,15%	0,65%	
Resultado financeiro	561.291,51 €	668.022,68 €	596.279,45 €	4,48%	-15,98%	-12,03%	
Proveitos e ganhos extraordinários	841.695,13 €	551.613,95 €	479.038,91 €	6,72%	52,59%	15,15%	
Custos e perdas extraordinárias	-816.826,23 €	-1.402.404,17 €	-1.350.949,70 €	6,52%	-41,76%	3,81%	
Resultado de operações extraordinárias	24.868,90 €	-850.790,22 €	-871.910,79 €	-0,20%	102,92%	2,42%	
Imposto sobre o rendimento							
	586.160,41 €	-182.767,54 €	-275.631,34 €	-4,68%	420,71%	33,69%	
Resultado líquido do exercício	-81.256,75 €	-452.119,22 €	-80.106,76 €	-0,65%	-82,03%	464,40%	

Verifica-se, em primeiro lugar que, apresentando um ligeiro crescimento de 106.021,85 € em relação ao ano de 2013, o EBITDA, ou resultado operacional antes de amortizações e provisões, continua com valores positivos bastante elevados, revelando que a atividade operacional propriamente dita não é de modo algum deficitária. Pelo contrário, quando incorporados os custos com amortizações e provisões do exercício, esse resultado operacional, ou EBIT, passa para valores negativos de -404.394,76 €, crescendo 50,14% face ao valor homólogo do exercício anterior. Este dado envolve naturalmente algumas das particularidades próprias do caráter diferenciado das autarquias locais comparativamente com outras organizações de finalidades lucrativas, designadamente o facto do elevado volume de amortizações ser agravado pelo conjunto de amortizações em ativos que não concorrem diretamente para a formação de proveitos equilibradores do resultado operacional, mas que o afetam do lado dos custos, designadamente na Conta de Fornecimentos e serviços externos, nos Custos com pessoal e nas próprias amortizações. Aliás, são os aumentos verificados em Custos com pessoal, pelas razões já

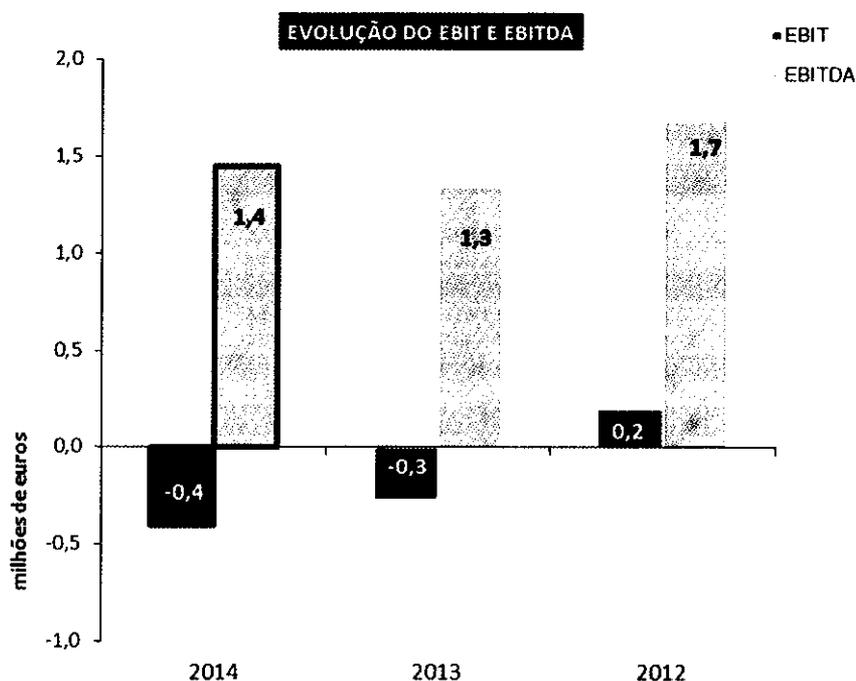


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

antes apontadas, e em amortizações que mais contribuem para a variação de - 139.358,96 € no EBIT entre 2013 e 2014.

O resultado líquido do exercício, que recuperou em 629.568,99 € face a 2013, é altamente favorecido pelo resultado financeiro de 561.291,51 €, ainda que este tenha decrescido 15,98% em comparação com o valor homólogo de 2013.

É de assinalar também que parte desta recuperação no resultado líquido do exercício decorre da quase inexistente influência do resultado de operações extraordinárias, o qual nos exercícios anteriores interferia de forma marcante pelo seu volume demasiado negativo. É sabido que este resultado é altamente influenciado pela conta 79, que do lado dos proveitos reflete a arrecadação de receitas relativas a transferências de capital de proveniência externa (fundos comunitários) e que em 2014 registou um aumento de cerca de 290 mil euros, bem como pela conta 69 – Custos e perdas extraordinárias, que do lado dos custos reconhece as transferências de capital concedidas às freguesias e a outras entidades para apoio ao investimento, a qual apresentou uma variação de - 585.577,94€.



Os dados relativos ao EBITDA e ao EBIT são uma vez mais demonstrativos da insuficiente rentabilidade gerada pela atividade operacional municipal vista como um todo, na medida em que uma boa parte dos recursos utilizados na atividade municipal, geradores de custos reconhecidos na formação do resultado operacional, não são eles próprios geradores de suficientes ou quaisquer proveitos operacionais. Ou seja, há uma proporção da atividade municipal orientada para a satisfação não lucrativa de reivindicações ou necessidades das populações, que afeta o bom desempenho do resultado operacional e que não é um problema em si mesmo, mas uma consequência natural da especificidade



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

do Município de Oliveira do Hospital enquanto autarquia local e concretizadora das finalidades que a Constituição e as leis lhe atribuem.

Em todo o caso, deve ser mantida uma preocupação de ajustamento às realidades cada vez mais exigentes, designadamente em termos legais, que nos impõem a adoção de medidas que permitam melhorar a eficiência financeira da atividade dos serviços municipais, seja do lado da obtenção de poupanças na atividade quotidiana, seja também na distribuição equitativa dos deficits pelos utilizadores diretos dos diversos bens e serviços disponibilizados pela Câmara Municipal, isto é, procurando de forma progressiva e sem ignorar as situações de carência social que persistem, fazer a convergência entre o custo da prestação de serviços e utilidades aos munícipes e o valor recuperado a título de taxas, tarifas e preços para os mesmos bens e serviços.

O gráfico acima inscrito reflete precisamente a tendência de diminuição ao longo dos últimos anos, quer num quer noutro indicador de resultados, permitindo concluir que os custos com a atividade operacional do Município não têm sido suficientemente acompanhados pela evolução nos proveitos operacionais.

Deve ainda referir-se finalmente que a parte marcadamente não lucrativa da atividade autárquica, relativa aos investimentos, é normalmente muito mais representativa do movimento financeiro anual do Município do que aquela que determina a obtenção de proveitos reconhecíveis na Demonstração de Resultados. De tal modo que é nesta realidade que melhor podem ser enquadradas as perspetivas de análise de alguns dos indicadores menos favoráveis do desempenho ocorrido no exercício económico ao nível das demonstrações financeiras da ótica patrimonial, uma vez que a natureza política da entidade e a constante obrigação de ir satisfazendo as exigências das populações e suas organizações ao nível dos pequenos ou grandes investimentos assim o obriga.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não foi verificada a ocorrência de quaisquer factos relevantes após o encerramento do exercício que pudessem determinar a inclusão de notas de enquadramento ou explicativas no presente Relatório.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com o que se encontra estabelecido pelo POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2014, no montante de (181.765,65 €), deverá ser efetuada do seguinte modo:

- Reservas Legais na proporção de 5% do Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 9.088,28 (nove mil e oitenta e oito euros e vinte e oito cêntimos);
- Património, destinado a reforçar o Património até ao alcance do objetivo de correspondência com o Ativo Líquido, em 20%, de que resultaria um valor de 448.056,09 €. Uma vez que o valor do Resultado Líquido não permite uma aplicação deste montante, o património deverá ser reforçado no montante de € 172.677,37 (cento e setenta e dois mil, seiscentos e setenta e sete euros e trinta e sete cêntimos);

Não haverá lugar à afetação de qualquer valor a Resultados Transitados, como remanescente, uma vez que o Resultado Líquido do Exercício fica totalmente aplicado na constituição de Reservas Legais e no reforço do Património.

CONCLUSÃO

São estes os comentários e esclarecimentos que se entendem como necessários à leitura e correta interpretação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano de 2014, os quais se sujeitam à apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior apreciação por parte da Assembleia Municipal nos termos legais.

OLIVEIRA DO HOSPITAL, 17 de abril de 2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

- José Carlos Alexandrino Mendes -